

X – REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

IX.1 - CARACTERIZAÇÃO GERAL

Institucionalização e configuração do espaço metropolitano

A Região Metropolitana de Goiânia é constituída oficialmente pelo que determina a Lei Complementar N. 027 de dezembro de 1999, ou seja, é formada por 11 municípios os quais constitui o que a lei denomina de “Grande Goiânia”. Além desses, segundo a mesma lei, existe a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – RDIG, com mais 9 municípios podendo ser considerada como “colar metropolitano”. O espaço metropolitano institucionalizado originalmente, ou seja, RMG+RDIG é constituído por 20 municípios.

Do ponto de vista institucional, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás tem promovido alterações na composição desse espaço, cujos critérios não são explicitados para a sociedade.

A partir de dezembro de 1999 até final de 2004, a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás produziu alterações na composição da Região Metropolitana e na Região de Desenvolvimento Integrado. Portanto, a composição atual da Região Metropolitana de Goiânia é a que determina o Art. 1º da Lei Complementar N. 049 de 9 de dezembro de 2004 (Redação dada pela Lei Complementar nº 48, de 09 de dezembro de 2004), onde se lê:

“Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia - GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea “a”, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos Municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade” e

No § 2o do mesmo artigo:

“Fica instituída a Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, com as atribuições, organização e funcionamento a serem definidas em lei, composta pelos seguintes municípios: Aragoiânia, Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade”. - Redação dada pela Lei Complementar nº 43 de 07-11-2003”.

Cabe esclarecer, entretanto que as análises temáticas, considerarão a RMG constituída pelos 11 municípios. Isto significa que para efeito deste relatório, o espaço metropolitano a ser analisado neste trabalho considera o que determina a Lei Complementar N. 027 de dezembro de 1999 mais a inclusão dos municípios de Caldazinha e de Guapó, significando que não serão levados em considerações as alterações ocorridas posteriormente mencionadas anteriormente.

Por que não considerar a composição atual? As justificativas mais plausíveis referem-se a duas questões: primeiro, este trabalho está inserido num projeto nacional que utiliza uma mesma metodologia visando assegurar as condições para produzir análises comparativas com as demais RM brasileiras envolvidas neste estudo e, segundo, utiliza como base de dados comum, os Censos Demográficos do IBGE. Sendo assim, as

Abadia de Goiás	-	4.971	-	3.096	-	1.875	-	62,3	-
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	175.555	335.547	2.928	845	98,4	99,7	7,3
Aragoiânia	4.910	6.424	2.831	4.262	2.079	2.162	57,7	66,3	3,0
Goianópolis	10.716	10.671	8.594	9.805	2.122	866	80,2	91,9	0,0
Goiânia	922.222	1.093.007	913.485	1.085.806	8.737	7.201	99,1	99,3	1,9
Goianira	12.896	18.719	5	18.064	2.761	655	78,6	96,5	4,2
Hidrolândia	10.254	13.086	4.665	7.836	5.589	5.250	45,5	59,9	2,7
Nerópolis	12.987	18.578	6	11.303	1.681	1.325	87,1	92,9	4,1
Santo Antonio de Goiás	-	3.106	-	2.564	-	542	-	82,5	-
Senador Canedo	23.905	53.105	8.753	50.442	15.152	2.663	36,6	95,0	9,3
Trindade	54.072	81.457	7	48.929	5.145	3.258	90,5	96,0	4,7
Total RMG	1.230.445	1.639.516	1.184.251	1.612.874	46.194	26.642	96,2	98,4	3,2
Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia									
Bela Vista de Goiás	17.316	19.210	9.652	12.278	7.664	6.932	55,7	63,9	1,2
Bonfinópolis	3.324	5.353	2.743	4.908	581	445	82,5	91,7	5,4
Brazabantes	2.334	2.772	1.271	1.723	1.063	1.049	54,5	62,2	1,9
Caldazinha	-	2.859	-	1.194	-	1.665	-	41,8	-
Caturaí	4.134	4.330	2.489	3.117	1.645	1.213	60,2	72,0	0,5
Guapo	11.785	13.863	8.249	9.916	3.536	3.947	70,0	71,5	1,8
Inhumas	38.368	43.897	2	32.726	5.646	3.921	85,3	91,1	1,5
Nova Veneza	5.003	6.414	3.658	5.354	1.345	1.060	73,1	83,5	2,8
Terezópolis de Goiás	-	5.083	-	1.775	-	1.467	-	34,9	-
Total RDIG	82.264	103.781	60.784	80.241	21.480	21.699	73,9	77,3	2,6
Total	1.312.709	1.743.297	1.245.035	1.693.115	67.674	48.341	94,8	97,1	3,2

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. (Metrodata)

Essa concentração populacional gera efeitos perversos. De um lado desertifica populacionalmente os demais municípios do Estado e por outro concentra grande parte dos fluxos de riqueza nesse espaço. Isso permite concluir que Goiânia, como cidade pólo do processo de metropolização, continua atraindo para si todas as benesses das riquezas acumuladas pelo conjunto da população do Estado e da Região Centro-Oeste. Segundo estudos produzidos pelo Observatório das Metrópoles, no âmbito da RMG e RDIG, só Goiânia concentra 87,0% das agências bancárias; 94,9% das operações financeiras via bancos; 81,2% da massa de rendimento mensal circulam na economia da cidade pólo; 76,5% dos empregos formais em atividades de ponta e, obviamente, a totalidade do fluxo de passageiros no único aeroporto de porte do Estado. Ressalte-se, entretanto, que das 500 maiores empresas brasileiras, apenas cinco têm sede em Goiânia.

IX.2 – DIAGNÓSTICO SOCIOURBANO DA REGIÃO METROPOLITANA

A análise dos dados considera 02 (dois) recortes espaciais: informações dos municípios e Área de Expansão de Ponderação (AEDs) da RMG, recorte este produzido pelo IBGE com o fim de disponibilizar informações do Censo 2000 relativas aos dados da amostra. As informações dos municípios estão desagregadas entre os 11 municípios da RMG (dados de 2000).

No tocante às AEDs – Área de Ponderação - da RMG, apenas três municípios tiveram seu território recortado por AEDs, ou seja, 15 AEDs em Aparecida de Goiânia; 39 AEDs em Goiânia; 4 AEDs em Trindade e 1 AED nos demais municípios, conforme mostra o Mapa IX.1. Vale lembrar que os critérios utilizados pelo IBGE¹, foram os seguintes:

consistência estatística, ou seja, cada AEDs deveria reunir uma amostra em torno de 400 domicílios para que oferecesse a consistência estatística necessária,

a formação de cada AEDs deveria obedecer ao critério da contigüidade.

Destaca-se que estes critérios não asseguram a homogeneidade das AEDs, o que infelizmente, não impede que os dados se contaminem, o que exige atenção do analista quando este estiver desenvolvendo análises intraurbanas.

Outro aspecto a ser considerado quando se faz análise intra-metropolitana é que todos os mapas com base nas AEDs foram confeccionados considerando apenas os municípios de Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade. Isto pelas seguintes razões:

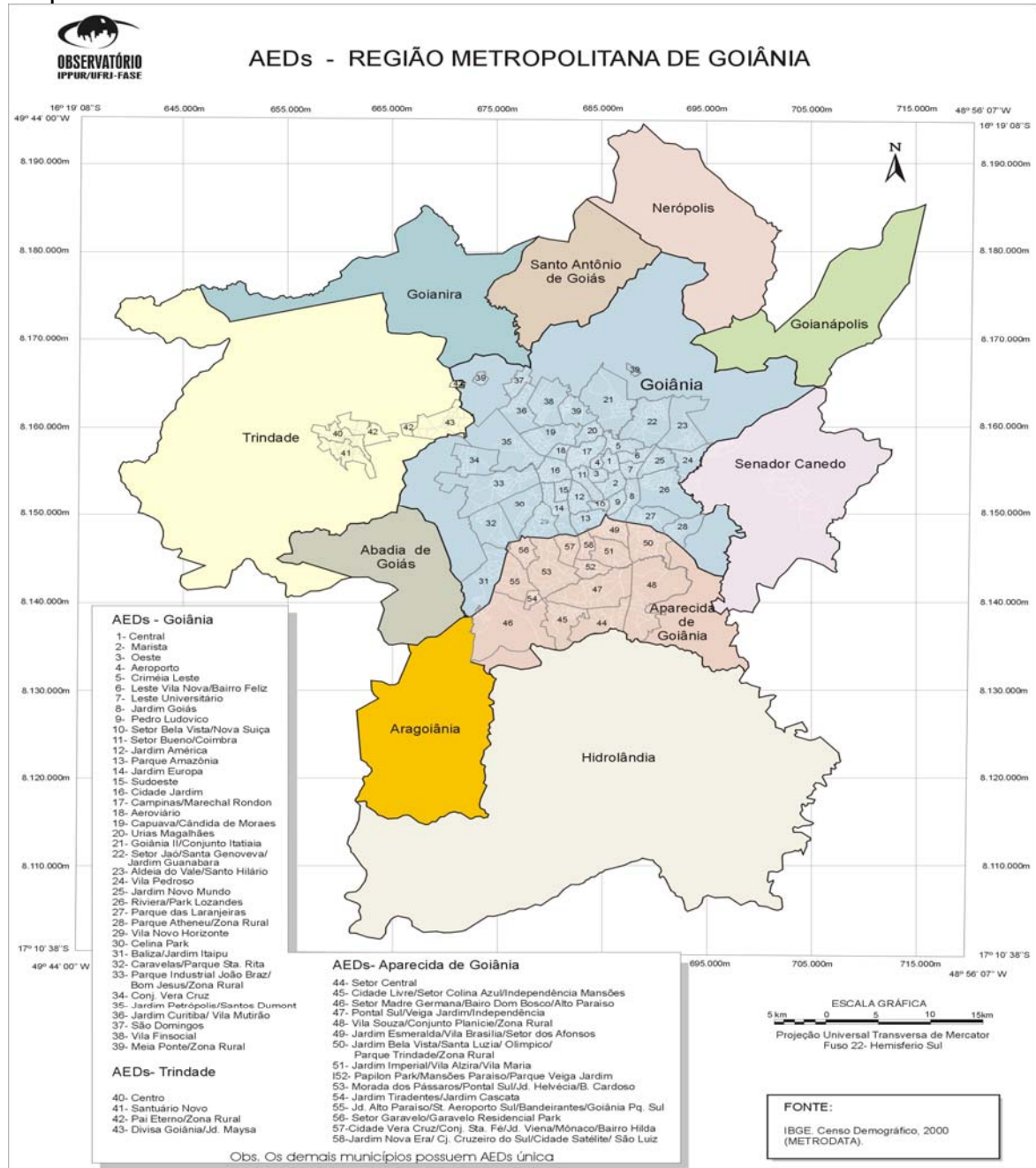
os três municípios citados reúnem aproximadamente 1.5 milhão da população urbana o que representa em torno de 93% da população urbana da RMG;

os demais oito municípios, por não apresentarem a consistência estatística que o IBGE exige, considerou cada município na sua totalidade uma AEDs;

¹ A definição das AEDs foi feita juntamente com técnicos do Departamento de Ordenação Sócio-econômico da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Goiânia.

O Mapa IX.1 mostra as AEDs da Região Metropolitana de Goiânia, destacando os municípios de Aparecida de Goiânia, Goiânia e Trindade.

Mapa IX.1



IX.2.1 - Ocupação, renda e diferenciação socioespacial

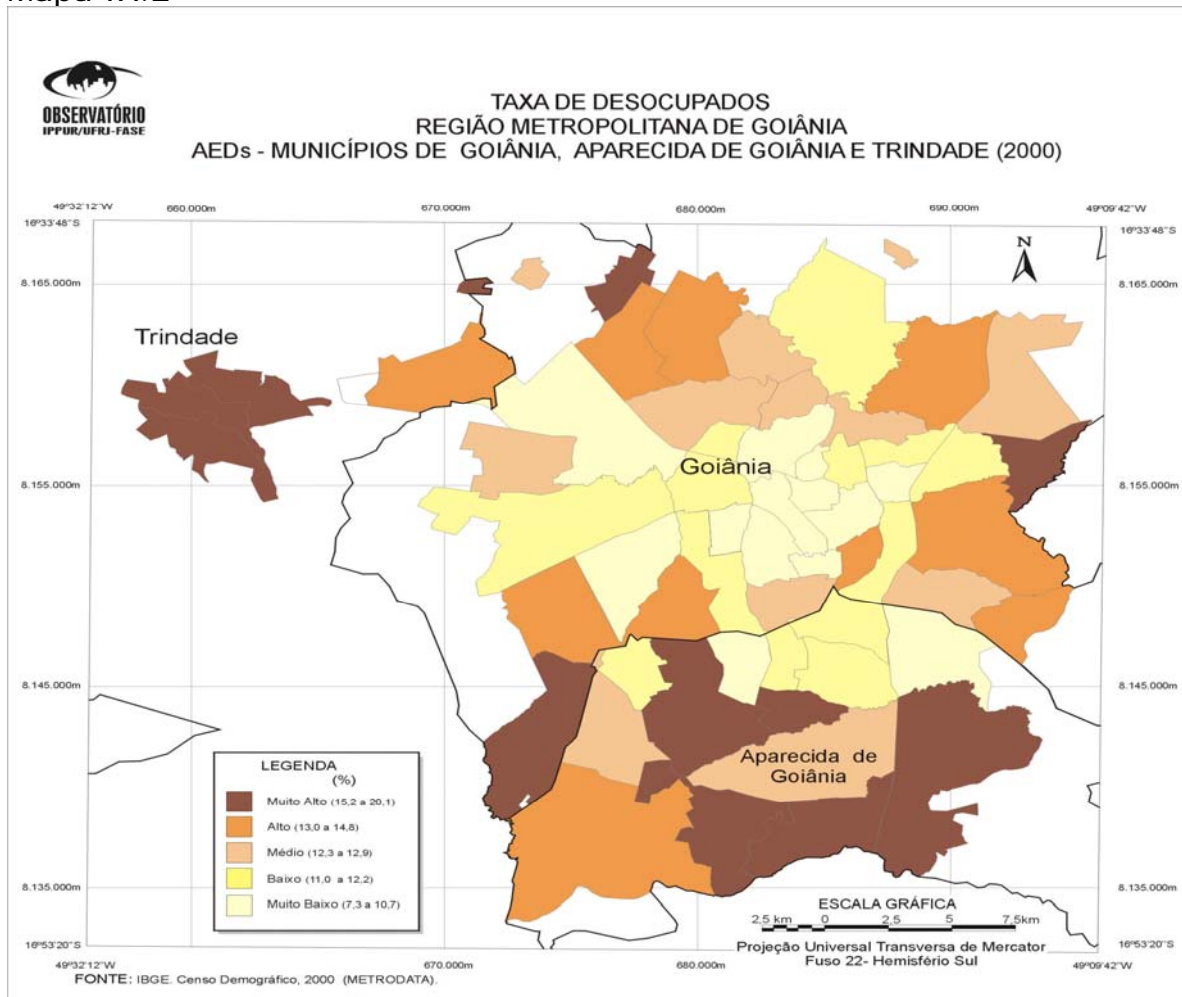
A fim de traçar um panorama do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Goiânia serão considerados na análise que se segue três indicadores que permitirão levantar questionamentos e hipóteses acerca de sua dinâmica, inclusive referente ao seu reatamento na divisão social do espaço metropolitano.

O primeiro indicador a ser considerado é a taxa de desocupados. De uma população economicamente ativa de 838.958 pessoas, em 2000, havia no conjunto da metrópole goianiense 12,5% de desocupados. Apenas os municípios de Hidrolândia, Aragoiânia e Goianápolis não atingiram um

índice de 10%, ficando, respectivamente com 9,2%, 9,4% e 9,6%. À exceção de Abadia de Goiás que neste quesito não se integrou ao grupo, todos eles possuem nível baixo de integração em relação ao município pólo (Goiânia). Todos os demais ultrapassaram aquele patamar, cujos destaques são de Senador Canedo, Abadia de Goiás e Trindade, que obtiveram uma taxa de desocupados de 18%, 17,1% e 16,3%, respectivamente.

Porém, quando se considera os espaços intra-urbanos, tendo como referência espacial as Áreas de Ponderação – AEDs, observam-se que a taxa de desocupados possui uma configuração concêntrica, pois ela apresenta-se maior para as áreas que situam-se nas franjas da metrópole, principalmente aquelas que estão fora da capital, como mostra o Mapa IX.2 e menor para as áreas que estão mais próximas do centro, guardada as exceções devidas. É notório que as áreas que apresentam baixas e muito baixas taxa de desocupados e que não se situam em Goiânia, estão localizadas no município de Aparecida de Goiânia exatamente onde, ao final da década de 1990, o capital imobiliário realizou investimentos, ou seja, na divisa deste município com a capital, intensificando o processo de conurbação iniciado na década de 1980. Além, é claro, daqueles municípios citados anteriormente, mas que cada um deles corresponde a apenas uma área de ponderação. As outras áreas intra-urbanas que possuem baixa taxa de desocupados (entre 7,3% e 10,7%) estão todas localizadas em Goiânia. Elas estão situadas em sua maioria na região central da cidade onde se concentra o contingente populacional do tipo superior, médio superior e médio, como se verifica no Mapa IX.3. Porém uma área localizada na região Sudoeste e outra na região Mendanha, cujo perfil sócio-espacial é do tipo operário, também exibem a menor faixa da taxa de desocupados.

Mapa IX.2



Quase a totalidade do município de Trindade, cujo perfil sócio-espacial é do tipo operário e popular periférico, em parte significativa de Aparecida, onde é caracterizada pelo perfil popular operário, e em parte das regiões noroeste e leste de Goiânia, onde o perfil sócio-espacial apresenta-se do tipo popular operário, a taxa de desocupados atinge os maiores índices, acima dos 15%, chegando em alguns casos a ficar em torno de 20%. Isso configura que a situação do emprego é mais precária para as áreas mais situadas nas franjas da metrópole, evidenciando uma relativa hierarquização da taxa de desocupados em relação à posição social no território urbano.

Quando a análise privilegia a relação de gênero, observa-se que em todos os municípios, sem exceção, a taxa de desocupados entre as mulheres é sempre maior que entre os homens, o que contribui para que elas, no conjunto da metrópole, registrem 15,4% de desocupados enquanto eles 10,3%. As maiores diferenças da taxa de desocupados femininos e masculinos são verificadas nos municípios de Goianápolis, Abadia de Goiás e Santo Antônio de Goiás. Por outro lado, constata-se que as menores diferenças ocorrem exatamente nos municípios que possuem maior nível de integração em relação ao pólo, incluindo este, que são: Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Aparecida.

Esta consideração sugere que por se tratar de atividades de trabalho mais “urbanas”, ligados ao setor de serviços, principalmente, homens e mulheres tendem a não se diferenciar no mercado de trabalho o que se constata nos municípios que estão mais integrados ao pólo. Ao passo que para municípios que ainda predominam atividades agrícolas, essa diferenciação possui peso explicativo, em que pese não haver nenhuma correlação do nível de integração ao pólo para explicação da taxa de desocupados para o seu conjunto. Essas observações tendem a se sustentar ao considerar a taxa de desocupados para o espaço intra-urbano, pois, é generalizável o fato de ser maior entre as mulheres que entre os homens, a exceção de apenas uma área de ponderação (AED) existente no município de Aparecida.

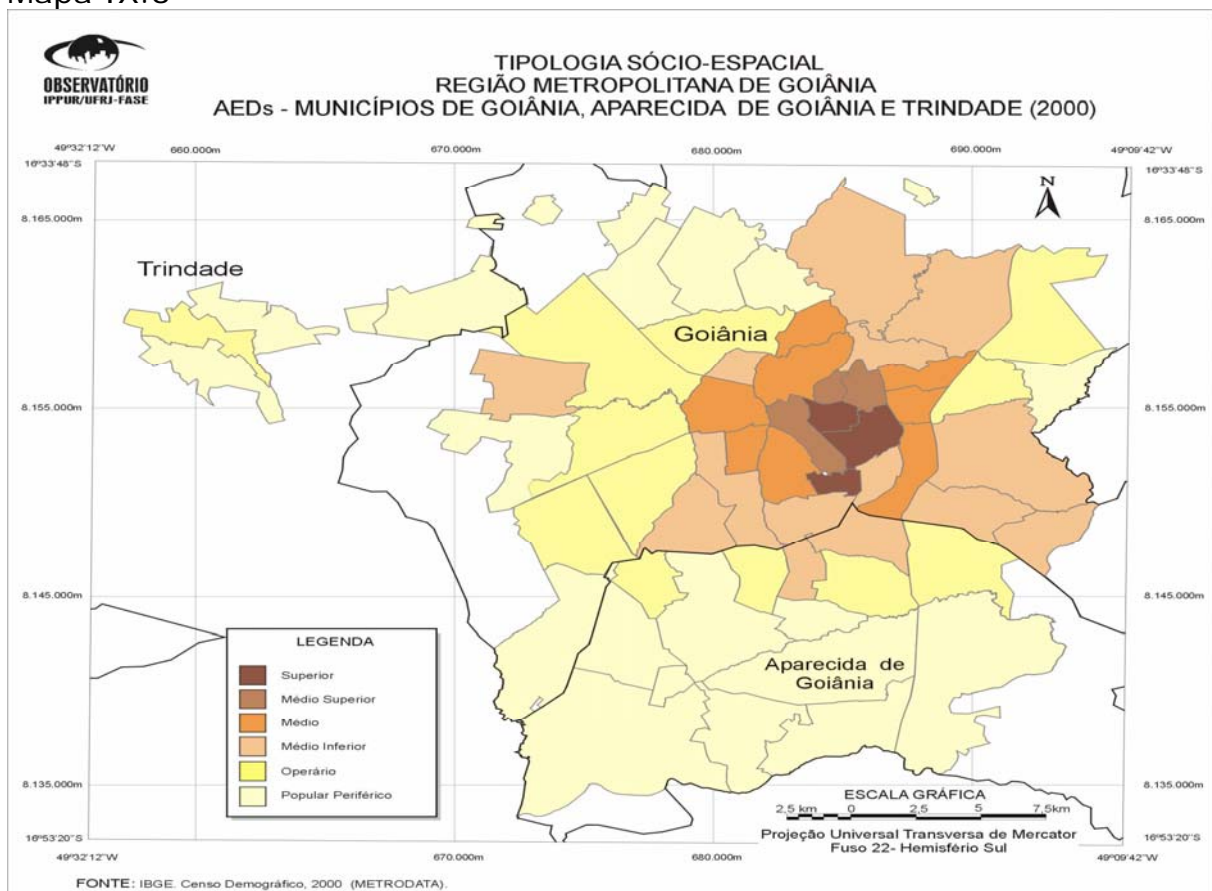
Ao considerar a estrutura etária, verifica-se que para todos os municípios da Região Metropolitana os mais jovens sofrem mais as conseqüências do desemprego. O índice apresentado para os que possuem entre 10 a 24 anos de idade é de 21,9%, enquanto que para os que se situam entre 25 e 49 anos e acima de 50 anos de idade, seus índices somados, 8,7% e 8,1%, respectivamente, não atingem o patamar verificado entre aqueles. As exceções para esse comportamento geral são para os municípios de Goianápolis, Santo Antonio de Goiás e Trindade. Quando se considera o espaço intra-urbano, observa-se que essa constatação parece explicativa para o município de Goiânia, mas não para os demais que possuem espaços desagregados para análise (Aparecida e Trindade).

A análise do mercado de trabalho vista a partir da população ocupada possibilita aprofundar as considerações anteriores ao compreender melhor sua estrutura organizada no território urbano. Embora a Região Metropolitana de Goiânia localize-se num estado de tradição econômica assentado na agropecuária, sua estrutura sócio-ocupacional parece ser explicada em grande medida por atividades ligadas ao setor de serviços e pela indústria, pois juntas possuem uma participação de 61,5% (somatório de trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário especializados e não-especializados).

Entre as categorias sócio-ocupacionais dos trabalhadores do secundário e dos trabalhadores do terciário especializados e não-especializados ganham peso os trabalhadores da indústria tradicional e da construção civil, em que ambos representam 8,0% na estrutura metropolitana, e os trabalhadores do comércio, prestadores de serviços especializados e trabalhadores domésticos, que representam, respectivamente, 9,8%, 9,4% e 8,1%. Ao considerar as ocupações de escritório, que representam 9,6%, observa-se que estas são as categorias sócio-ocupacionais de maior peso na Região Metropolitana de Goiânia. Juntas, elas são responsáveis por mais da metade (52,9%) das ocupações verificadas nesta metrópole. Quando a análise privilegia o espaço intra-urbano, organizado a partir de características homogêneas em seis tipologias, observam-se diferenciações entre elas. Chama a atenção no Mapa IX.3, o fato dos tipos médio inferior, operário e popular periférico estarem concentrados nos espaços sociais da periferia de Goiânia, mesmo considerando a existência de condomínios horizontais fechados em vários pontos desta periferia. Da

mesma forma, as ocupações dos tipos acima referidos, abrigam a força de trabalho dos municípios de Aparecida de Goiânia e de Trindade. As ocupações do tipo médio, médio superior e superior, que representam 27,8%, estão todas concentradas no município pólo e nestes nas áreas mais nobres da cidade, ou seja, áreas estas dotadas de infra-estrutura completa e renda elevada. Isso permite inferir, ainda sem uma análise mais aprofundada sobre a hierarquia social e espacial, que o espaço na Região Metropolitana de Goiânia está organizado conforme a hierarquia de classe, ou seja, a ocupação do espaço da metrópole tem a ver com a posição social que os indivíduos ocupam na hierarquia social.

Mapa IX.3



Ganha peso na área de tipo superior, como se vê na Tabela IX.2, os pequenos empregadores, os profissionais empregados de nível superior, as ocupações de escritório e os profissionais autônomos de nível superior, com 12,7%, 11,3%, 9,8% e 8,4%, respectivamente. Além disso, verifica-se que em termos relativos as ocupações para as pessoas que residem nesta área são sempre maiores quando se compara para as categorias de dirigente e para as categorias de profissionais de nível superior, ou seja, embora as ocupações de dirigentes e profissionais de nível superior tenham participação reduzida no conjunto da metrópole elas são ocupadas, em sua maioria, por pessoas que se localizam nas áreas de tipo superior.

Por outro lado, as áreas cuja tipologia é do tipo operário e popular periférico - localizadas nas franjas da metrópole, compreendendo os

municípios de Aparecida e Trindade, além de parte da periferia de Goiânia - as categorias sócio-ocupacionais que ganham peso são aquelas que não exigem qualificações, que são as mesmas, à exceção de ocupações de escritório para o tipo popular periférico e prestadores de serviços não-especializados para o tipo operário, verificadas para o conjunto da metrópole. Isso permite sugerir que estas as ocupações de serviços e de indústrias, sem exigência de qualificação, são as mais significativas para explicação do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Goiânia.

Nas áreas do tipo médio, médio superior e médio inferior, que também são providas de infra-estrutura, a ocupação de escritório é a que mais evidencia a estrutura ocupacional, com 12,9%, 12,4% e 11,7%, respectivamente. Na área do tipo médio, localizada em Goiânia em torno da área do tipo médio superior, outras categorias que ganham peso são trabalhadores domésticos, prestadores de serviços especializados e ocupações técnicas. Nas áreas do tipo médio superior, que estão em volta da área superior, destaca-se ainda os profissionais empregados de nível superior e os pequenos empregadores. E nas áreas do tipo médio inferior, estão situadas em Goiânia e Aparecida, predomina-se também os trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados.

Tabela IX.2

Tabela 2

Tipologia socioespacial segundo as categorias sócio-ocupacional

Região Metropolitana de Goiânia, 2000

Categorias Sócio-ocupacionais	Tipologia Socioespacial (%)						Total
	Superior	Médio Superior	Médio	Médio Inferior	Operário	Popular Periférico	
DIRIGENTES	8,8	5,1	1,5	1,2	0,6	0,3	1,5
Grandes empregadores	6,1	3,6	0,8	0,5	0,3	0,1	0,9
Dirigentes do Setor Público	1,3	0,8	0,3	0,3	0,1	0,1	0,3
Dirigentes do Setor Privado	1,4	0,7	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3
PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	28,8	21,6	9,6	6,4	2,9	1,4	6,9
Profissionais Autônomos de Nível Superior	8,4	5,0	2,2	1,3	0,6	0,3	1,6
Profissionais Empregados de Nível Superior	11,3	9,4	3,5	2,4	1,0	0,6	2,6
Profissionais Estatutários de Nível Superior	3,3	1,9	0,9	0,8	0,2	0,1	0,7
Professores de Nível Superior	5,9	5,3	3,1	2,0	1,1	0,4	1,9
PEQUENOS EMPREGADORES	12,7	9,0	5,4	3,2	2,0	1,1	3,6
OCUPAÇÕES MÉDIAS	32,4	34,2	33,1	30,4	21,7	15,1	25,4
Ocupações de Supervisão	7,9	6,3	4,8	4,1	2,9	1,9	3,7
Ocupações Técnicas	7,9	7,1	7,9	6,5	4,2	2,5	5,3
Ocupações Artísticas e Similares	1,2	2,3	2,0	1,7	1,5	1,4	1,6
Ocupações Médias da Saúde e Educação	2,8	3,1	3,8	4,1	3,3	2,7	3,4
Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios	2,9	3,0	1,7	2,2	1,3	1,0	1,7
Ocupações de Escritório	9,8	12,4	12,9	11,7	8,5	5,7	9,6
TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	2,5	6,5	17,3	22,0	31,3	34,6	24,6
Trabalhadores da Indústria Moderna	0,5	0,9	2,9	3,9	5,0	4,8	3,9
Trabalhadores da Indústria Tradicional	1,2	2,9	6,9	7,1	10,7	9,7	8,0
Trabalhadores dos Serviços Auxiliares	0,6	1,3	3,7	4,8	6,2	6,0	4,8
Trabalhadores da Construção Civil	0,3	1,3	3,8	6,2	9,4	14,1	8,0
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	6,7	12,5	19,3	20,7	21,7	19,4	19,2
Trabalhadores do Comércio	4,4	7,1	11,4	10,9	11,0	8,3	9,8
Prestadores de Serviços Especializados	2,4	5,4	7,9	9,8	10,7	11,1	9,4
TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	6,7	10,1	13,3	15,3	18,7	25,8	17,7
Prestadores de Serviços Não-Especializados	0,7	1,2	3,2	4,8	5,8	8,1	5,2
Trabalhadores Domésticos	4,2	4,8	5,5	6,4	8,2	13,0	8,1
Ambulantes e Catadores	1,8	4,1	4,6	4,1	4,7	4,7	4,4
AGRICULTORES	1,3	1,0	0,4	0,8	1,1	2,3	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico 2000.

A predominância diferenciada de categorias sócio-ocupacionais em cada uma das tipologias sócio-espacial corrobora a hipótese de que a explicação da organização social do espaço metropolitano se dá em função da hierarquia de classe, como fora observado anteriormente. Entretanto, essa verificação é melhor reforçada quando se considera os níveis de renda. Porém, neste caso, privilegiou a renda familiar por ela representar melhor a estrutura do mercado de trabalho da atualidade, tendo em vista uma relativa homogeneidade da participação feminina e masculina.

A estrutura da distribuição de renda na Região Metropolitana de Goiânia apresenta-se muito desigual, ao verificar a comparação entre seus municípios. Goiânia é o único município que na faixa de renda per capita de até ½ salário mínimo registra um índice de 12,2%, ao passo que todos os demais se situam acima dos 20%, com destaque para Goianópolis que apresenta 35,6%, o que indica uma concentração de famílias com níveis de rendimento muito baixo.

Ao acrescentar as famílias que possuem renda per capita de até 1 (um) salário mínimo, observa-se que apenas os municípios de Goiânia e Santo Antônio de Goiás não ultrapassa os 50%, apesar de este registrar um índice de 47,8%, enquanto aquele apresenta 32%. Novamente o

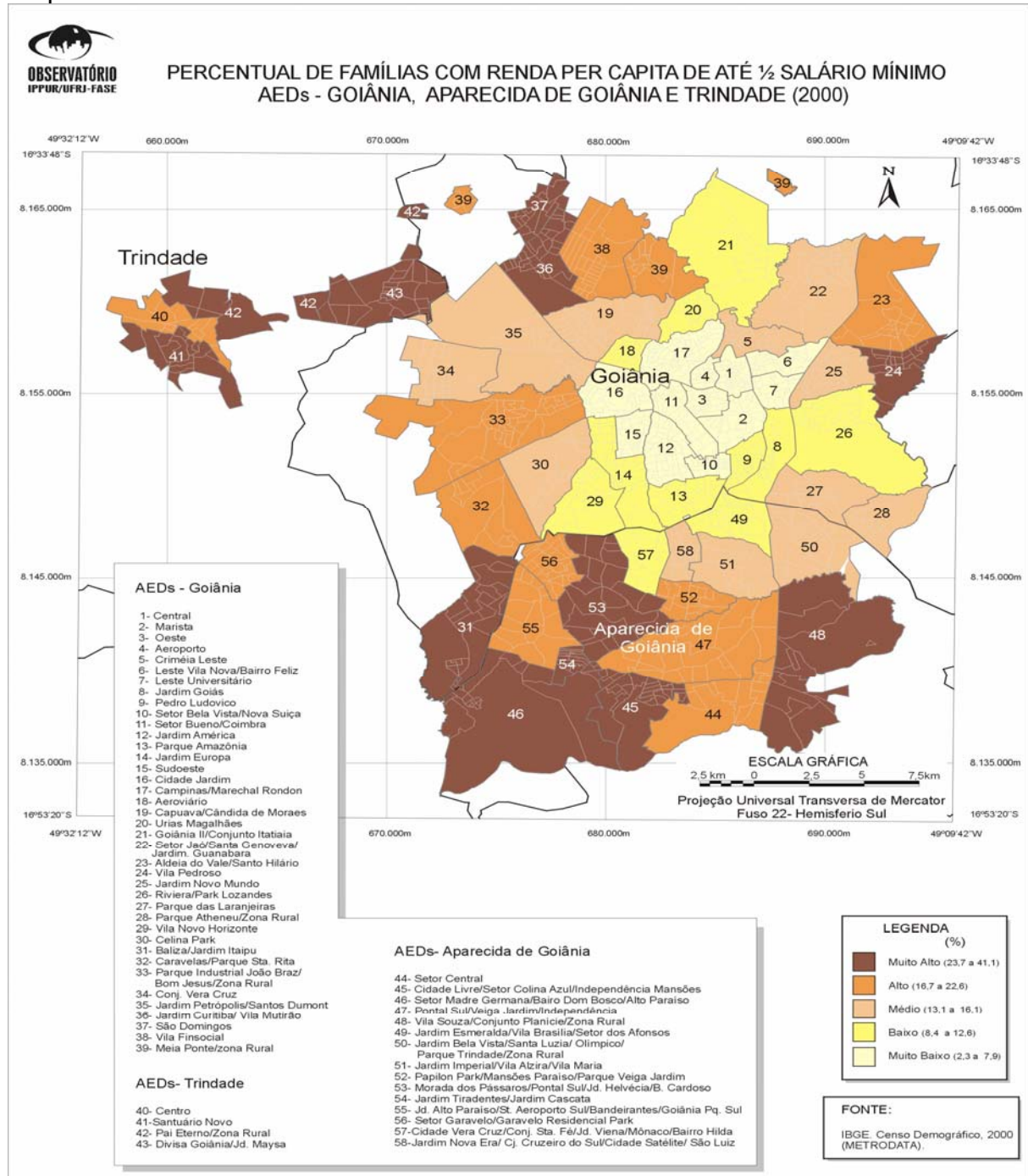
município de Goianópolis se destaca dos demais, pois neste caso ele registrou um índice de 74% (mais de 2/3 do total de suas famílias). Por outro lado, verifica-se que, à exceção de Santo Antonio de Goiás e Goiânia, todos os demais municípios estão abaixo dos 10% na faixa de renda familiar per capita acima de 3 (três) salários mínimos. Apesar de o primeiro registrar 10,2% e o segundo 29,7%.

Quando a análise favorece os espaços intra-urbanos, é possível observar que a média usada para Goiânia não se verifica de modo homogêneo, pois em várias áreas localizadas na periferia da cidade apresenta-se com índices de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo acima dos 16%, como se pode observar no Mapa IX.4, o que corresponde a patamares semelhantes aos municípios com os piores índices. Apenas duas áreas do município de Aparecida estão com índices considerados baixos, e elas correspondem exatamente as que possuem as menores taxas de desocupados, como fora observado acima.

A conformação da distribuição de famílias que possuem renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, no geral, é do tipo concêntrica (gradiente). Ou seja, quanto mais central, no conjunto da metrópole, menos famílias aí se localizam, ao contrário, quanto mais distante do centro maior é o número de famílias. Isso sugere que há uma relação da localização no espaço urbano (centro e periferia) e o nível de renda, apesar de estes dados ainda não retratar o movimento de ocupação de espaços na periferia pelas elites econômicas, através dos condomínios horizontais fechados, que passaram a se constituir de modo mais significativo no final dos anos 90 e início do século XXI.

Quando se acrescentar as famílias que possuem até 1 (um) salário mínimo, verifica-se que sua mediana está acima da média, enquanto esta registra 39,3%, aquela apresenta 46,6%, o que mais uma vez sugere situação de desigualdade no interior do espaço metropolitano, principalmente pelo fato de todas as áreas que estão abaixo da média situarem-se em Goiânia, à exceção de três que estão localizadas em Aparecida.

Mapa IX.4



Essa observação pode ser melhor confirmada quando se verifica que, à exceção de uma área localizada em Aparecida, todas que estão acima da média da metrópole (22,9%) da faixa de renda per capita de acima de 3 (três) salários mínimos situam-se no município de Goiânia e em áreas centrais da capital. Há áreas que o número de famílias nesta faixa aproxima-se da totalidade, o que mais uma vez mostra a desigualdade de renda entre as famílias distribuídas no espaço intra-urbano.

IX.2.2 Demografia

A Região Metropolitana de Goiânia teve, no período compreendido entre 1991 e 2000, uma taxa anual de crescimento superior à verificada no Brasil e também em Goiás. Enquanto estes registraram 1,6% e 2,5%, respectivamente, aquela registrou no mesmo período 3,2%. Ou seja, o crescimento da metrópole goianiense foi o dobro em termos relativos ao ocorrido no país.

À exceção de Goianápolis, que sua população absoluta registrou pequenas perdas, e de Abadia de Goiás e Santo Antônio, que não se configuravam como municípios em 1991, todos os demais municípios tiveram crescimento superior à média nacional. Destacam-se os municípios que possuem maior integração com pólo, Senador Canedo que cresceu a uma taxa anual de 9,3% e Aparecida de Goiânia que registrou 7,3% ao ano (ver Tabela IX.3). Por isso, constata-se que a população do primeiro mais que dobrou em apenas nove anos, crescimento de 122,2%, e no segundo, apesar de ter incorporado maior número de pessoas em termos absolutos, cresceu 88,5%.

Dos demais municípios cuja taxa anual de crescimento fora maior que a verificada para o conjunto da Região Metropolitana, Goianira, Nerópolis e Trindade, apenas este último seu crescimento tivera grande incorporação de pessoas em termos absolutos, pois cresceu em 1991 de 54.072 para 81.457 habitantes, o que correspondeu a uma taxa anual de 4,7%. Os outros dois tiveram, respectivamente, 4,2% e 4,1%, suficiente para aumentar pela metade seu contingente populacional.

À exceção de Goiânia, os municípios que tiveram crescimento inferior ao da Região Metropolitana foram exatamente aqueles que possuem baixa integração com o pólo. Aragoiânia cresceu a uma taxa de 3% ao ano e Hidrolândia a uma taxa de 2,7%. Porém, ao analisar os dados absolutos observa-se que embora os municípios sejam pequenos suas estruturas populacionais são diferentes. Em 2000 o município de Aragoiânia possui 6.424 pessoas e Hidrolândia 13.086, mais que o dobro.

Tabela IX.3

Tabela 3

Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento - 1991 e 2000

Municípios	População residente e situação do domicílio						Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento 2000/1991		
	Total		Situação do domicílio						Total	Urbana	Rural
			Urbana		Rural						
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000			
Abadia de Goiás	-	4.971	-	3.096	-	1.875	-	62,3			
Aparecida de Goiânia	178.483	336.392	175.555	335.547	2.928	845	98,4	99,7	7,3	7,5	-12,9
Aragoiânia	4.910	6.424	2.831	4.262	2.079	2.162	57,7	66,3	3,0	4,7	0,4
Goianápolis	10.716	10.671	8.594	9.805	2.122	866	80,2	91,9	0,0	1,5	-9,5
Goiânia	922.222	1.093.007	913.485	1.085.806	8.737	7.201	99,1	99,3	1,9	1,9	-2,1
Goianira	12.896	18.719	10.135	18.064	2.761	655	78,6	96,5	4,2	6,6	-14,8
Hidrolândia	10.254	13.086	4.665	7.836	5.589	5.250	45,5	59,9	2,7	5,9	-0,7
Nerópolis	12.987	18.578	11.306	17.253	1.681	1.325	87,1	92,9	4,1	4,8	-2,6
Santo Antonio de Goiás	-	3.106	-	2.564	-	542	-	82,5			
Senador Canedo	23.905	53.105	8.753	50.442	15.152	2.663	36,6	95,0	9,3	21,5	-17,6
Trindade	54.072	81.457	48.927	78.199	5.145	3.258	90,5	96,0	4,7	5,3	-5,0
Total	1.230.445	1.639.516	1.184.251	1.612.874	46.194	26.642	96,2	98,4	3,2	3,5	-5,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 1991 e 2000. (Metrodata)

Mas qualquer inferência sobre a estrutura populacional da Região Metropolitana precisa considerar o comportamento do seu município pólo. Embora Goiânia tenha crescido pouco acima da média nacional e muito inferior à média do conjunto da metrópole, a uma taxa de 1,9% ao ano, foi neste município onde houve a maior incorporação de pessoas em termos absolutos. Um aumento de 170.785 habitantes, próximo apenas ao verificado em Aparecida, que foi de 157.909.

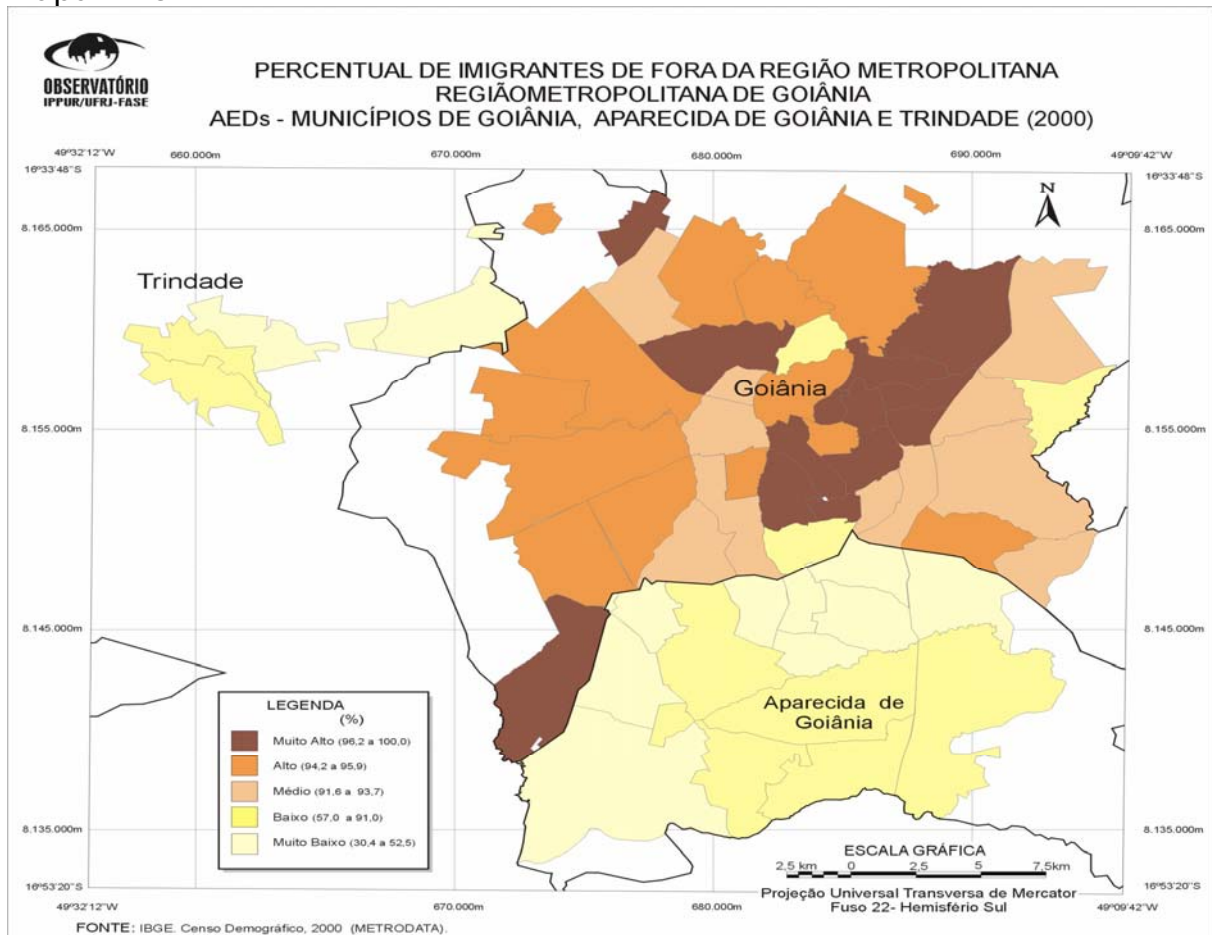
A partir disso é possível sugerir que o crescimento da Região Metropolitana de Goiânia tem ocorrido de modo mais intenso, principalmente, no município pólo e naqueles que possuem algum tipo de conurbação com a capital. E essa constatação leva a considerar que este crescimento está se dando a partir do que se verifica no pólo. Ou seja, na medida que mesmo as áreas mais periféricas de Goiânia vai tornando-se difícil de ser ocupadas, as áreas de outros municípios que possuem proximidade com a capital passam a ser mais demandadas, como forma de viabilizar a condição de moradia e mobilidade das pessoas em direção do trabalho e estudos, como pode ser verificado na análise referente à mobilidade e transporte, item 2.5.

Todos os municípios tiveram elevadas suas taxas de urbanização, situando-se na média de 98,4% em 2000, apesar de Abadia Goiás, Aragoiânia e Hidrolândia ter registrado um índice inferior a 70%. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pela redução da população relativa e absoluta do meio rural, que se deu a uma taxa anual de 5,9% negativo, o suficiente para reduzir 42,3% da população. E em parte, é necessário recorrer a análise do fluxo migratório.

Quase a metade (45,5%) do incremento populacional verificado na Região Metropolitana de Goiânia se deu através de imigração de outros estados e municípios fora da metrópole, o que representa mais de dois terços (69,8%) do total de imigração para os municípios da Região Metropolitana. Isso se constata quando se analisam os dados de imigração

de data fixa, como se vê no Mapa IX.5 O município que mais recebeu pessoas de fora da metrópole foi Goiânia. Do total de pessoas que migraram para Goiânia, 91,7% estão nesta situação. Apenas 4,9% das imigrações são explicadas por deslocamento de pessoas dos municípios da Região Metropolitana, mas isso representa 6.584 novos habitantes.

Mapa IX.5



Goiânia apresentou-se como destino para metade das pessoas que participara do fluxo migratório e foi acompanhado por Aparecida a participar com 33% desse fluxo. Ou seja, do total de pessoas que se deslocaram em direção à Região Metropolitana, inclusive no seu interior, Goiânia recebeu 50% delas, ao passo que Aparecida de Goiânia seguiu com aquele índice. Na seqüência observa-se Trindade e Senador Canedo, com participação de 6,1% e 5,2%, respectivamente. E estes foram os municípios que possuem algum nível de conurbação com o pólo.

Já Aparecida foi que mais recebeu pessoas de municípios da própria Região Metropolitana, o que representou 60,5%, seguida de Trindade (11%) e Senador Canedo (10,2%). Isso sugere que ou as pessoas estão saindo de Goiânia em direção à periferia em que o custo de vida torna-se mais baixo ou elas estão saindo dos municípios mais distantes do pólo em direção aos mais próximos, como forma de facilitar sua mobilidade seja para trabalho ou para estudo.

Mas o que se observa quando se analisa a densidade demográfica no espaço intra-urbano é que a população está concentrada em parte significativa do município de Goiânia, transbordando para o município de Aparecida. Essa concentração se dá no tipo gradiente, uma vez que grande parcela da população ocupa áreas mais centrais de Goiânia e a medida que se vai afastando do centro, por conseguinte, vai-se também diminuindo a densidade demográfica. Porém, a exceção se verifica em uma área da região noroeste de Goiânia e em uma área no interior de Aparecida.

IX.2.3 Educação

A metrópole goianiense, ou seja, o pólo metropolitano assume liderança em quase todos os indicadores relativos à variável educação. No que se refere à taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, enquanto nos municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia encontram-se as menores taxas (4,8% e 8,5% respectivamente), conforme mostra a Tabela IX.4. Nos demais municípios as taxas de analfabetismo estão acima de 10%, com destaque para o município de Goianápolis que apresenta a maior taxa, ou seja, 18,9%. Os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia contribuem para reduzir a taxa média de analfabetismo na RMG para 6,4%. Sem o pólo metropolitano este percentual salta para 9,98%.

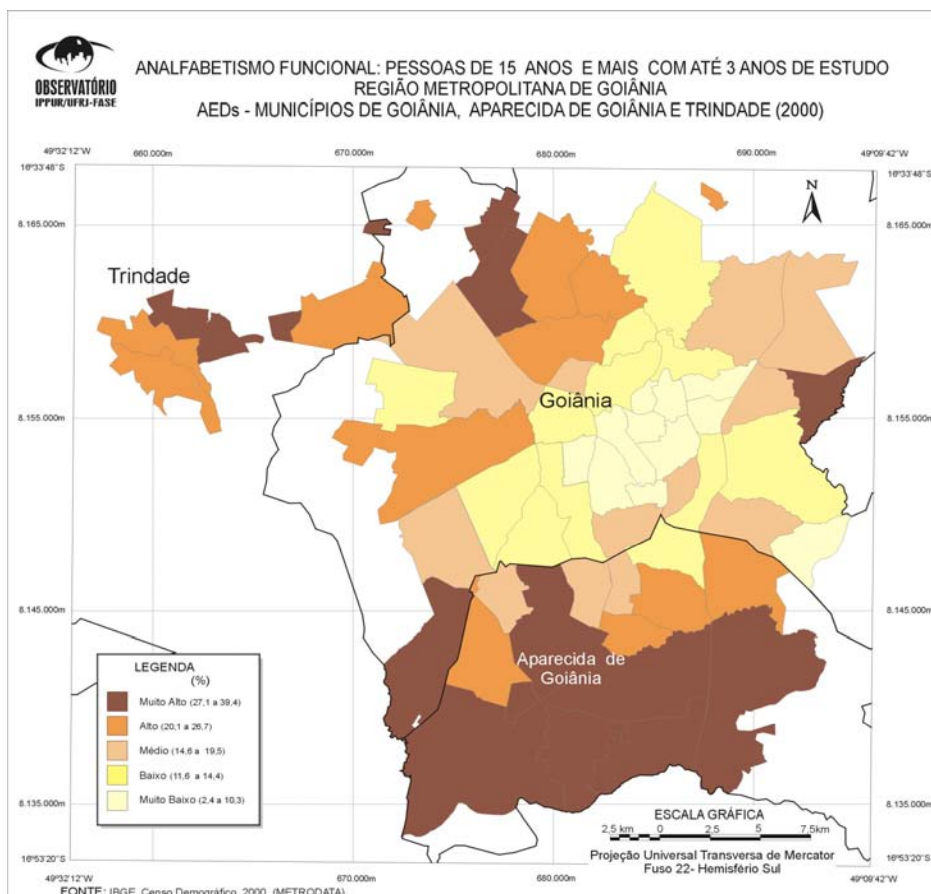
Tabela IX.4 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia - Pessoas de 15 Anos e Mais que Não Sabem Ler – 2000

Municípios	Pessoas de 15 anos e mais		Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Abadia de Goiás	3.400	434	12,8
Aparecida de Goiânia	228.427	19.403	8,5
Aragoiânia	4.550	738	16,2
Goianópolis	7.318	1.382	18,9
Goiânia	812.707	39.014	4,8
Goianira	12.934	1.423	11,0
Hidrolândia	9.291	1.274	13,7
Nerópolis	13.049	1.757	13,5
Santo Antonio de Goiás	2.167	258	11,9
Senador Canedo	35.065	3.839	10,9
Trindade	56.975	6.747	11,8
Total	1.185.883	76.269	6,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

O IBGE considera analfabeto funcional a pessoa com até 3 anos de estudos. Observando a Tabela IX.5, que se refere ao “responsável pela família”, nota-se que em média, a RMG apresenta uma taxa de 22,3%, significando que, em termos absolutos, existem 109.250 pessoas responsáveis pela família na condição de analfabetos funcionais.

Mapa IX.6



O fato de quase ¼ dos provedores das famílias terem instrução escolar precária, traz como conseqüências imediatas e futuras, maiores dificuldades para os responsáveis de famílias se manterem inseridos num mercado de trabalho cada vez mais exigente em termos de qualificação profissional.

Olhando essa questão do ponto de vista dos municípios, nota-se que apenas o município de Goiânia é que apresenta a menor taxa (18%) de analfabetos funcionais, ou seja, aproximadamente 60 mil, conforme mostra a Tabela IX.5 e o Mapa IX.6. Por outro lado, os municípios com as piores taxas de analfabetos funcionais são Goianápolis, e Nerópolis com 47,6% e 40,3%, respectivamente.

Tabela IX.5 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Responsável pela Família Sem Instrução ou Com até 3 Anos de Estudo - 2000

Municípios	Responsável pela Família		B / A (em %)
	Total (A)	Sem instrução ou com até 3 anos de estudo (B)	
Abadia de Goiás	1.470	557	37,9
Aparecida de Goiânia	97.258	27.500	28,3
Aragoiânia	1.942	751	38,7
Goianápolis	3.061	1.456	47,6

Goiânia	331.854	59.597	18,0
Goianira	5.559	1.783	32,1
Hidrolândia	3.954	1.497	37,9
Nerópolis	5.478	2.209	40,3
Santo Antonio de Goiás	859	290	33,7
Senador Canedo	15.149	5.636	37,2
Trindade	23.372	7.973	34,1
Total	489.955	109.250	22,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Outro dado importante é em relação à frequência escolar, sobretudo dos que estão na faixa etária entre 7 a 14 anos, ou seja, referente à população infante-juvenil. Nota-se, conforme Tabela IX.6, que nesta faixa etária, dos 236.305, em média, 60,8% da população infante-juvenil da RMG frequentam a série adequada. Dentre os municípios, o de Goiânia e de Nerópolis apresenta as melhores taxas, ou seja, 66,5% e 64,0% respectivamente.

Tabela IX.6 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 7 a 14 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada-2000

Municípios	Pessoas de 7 a 14 anos		(B) sobre (A) (%)
	Total (A)	Frequenta série adequada (B)	
Abadia de Goiás	786	447	56,8
Aparecida de Goiânia	53.822	28.210	52,4
Aragoiânia	988	493	49,9
Goianápolis	1.724	857	49,7
Goiânia	149.141	99.146	66,5
Goianira	2.867	1.364	47,6
Hidrolândia	1.997	1.113	55,7
Nerópolis	3.046	1.951	64,0
Santo Antonio de Goiás	541	224	41,4
Senador Canedo	9.043	4.106	45,4
Trindade	12.349	5.865	47,5
Total	236.305	143.775	60,8

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Nos demais municípios, Santo Antonio de Goiás é que possui a pior taxa, pois apenas 41,4% frequentam adequadamente a escola.

Quanto a população jovem, que se encontra na faixa etária entre 15 e 17 anos, o quadro é mais preocupante. Nessa faixa etária, dos 85.210 que frequentam a escola, em média 49,9% da RMG, ou seja, 42.484 estão matriculados na série adequada, conforme mostra a Tabela IX.7. Isso significa que a metade da população jovem encontra-se, ou fora da escola, ou em série inadequada. Qualquer uma dessas situações é preocupante.

Tabela IX.7 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 15 a 17 Anos que Frequentam Escola e Série Adequada-2000

Municípios	Pessoas que frequentam escola		B / A (em %)
	Total (A)	Frequenta série adequada (B)	
Abadia de Goiás	246	82	33,3
Aparecida de Goiânia	16.769	5.736	34,2
Aragoiânia	254	66	26,1
Goianápolis	415	135	32,5
Goiânia	58.738	33.399	56,9
Goianira	790	317	40,1
Hidrolândia	505	205	40,7
Nerópolis	839	310	36,9
Santo Antonio de Goiás	177	79	44,4

Senador Canedo	2.498	640	25,6
Trindade	3.978	1.515	38,1
Total	85.210	42.484	49,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Trata-se de um segmento social importante para o desenvolvimento do país, porém, a inadequação escolar os torna vulneráveis na medida em que a escolaridade é um fator importante para os jovens se inserirem socialmente. Os percentuais de frequência da população infanto-juvenil matriculados na série adequada, quando se olha para cada município, estão longe do ideal. Por exemplo, é preocupante quando nota-se que apenas 25,6% dos jovens de Senador Canedo e 26,1% dos jovens de Aragoiânia freqüentam adequadamente a escola.

Num primeiro momento, pode-se dizer que a maioria está em desvio escolar. Nos demais municípios, os jovens que freqüentam série adequada, as taxas variam de 33,3% (Abadia de Goiás) a 44,4% (Santo Antonio de Goiás) de frequência na série adequada. Nota-se que são baixos os percentuais desses municípios e isso não deixa de ser preocupante porque a metade da população da RMG que estão na faixa etária entre 15 e 17 anos, estão em situação de risco social. Segundo outras fontes do IBGE, parte desses jovens também está fora do mercado de trabalho. Sem escola e sem trabalho, a esses jovens só resta o caminho da marginalidade.

Na Tabela IX.8, o foco da análise é a faixa etária que varia de 18 a 25 anos. Em tese, as pessoas que se encontram nesta faixa etária, estão aptas a ingressar no mercado de trabalho. São estudantes adultos que trabalham e/ou estudam. Parte-se do pressuposto que nesta faixa etária, os estudantes completaram os 11 anos de estudos referentes ao período que vai do ensino fundamental ao segundo grau. Entretanto, ao observar os dados da Tabela IX.8, nota-se que apenas 39,6% dos jovens desta faixa etária, na RMG, freqüentam a série adequada. Dos 105.966 jovens, supõe-se que existem 63.971 que podem ou não estarem matriculados.

Tabela IX.8 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Pessoas de 18 a 25 Anos que Freqüentam Escola e Série Adequada-2000

Municípios	Pessoas que freqüentam escola		B / A (em %)
	Total (A)	Freqüenta série adequada (B)	
Abadia de Goiás	198	30	15,3
Aparecida de Goiânia	15.879	2.636	16,6
Aragoiânia	283	62	22,0
Goianápolis	290	28	9,8
Goiânia	80.975	37.947	46,9
Goianira	725	105	14,5
Hidrolândia	506	111	22,0
Nerópolis	823	155	18,9

Santo Antonio de Goiás	106	24	22,7
Senador Canedo	2.253	206	9,2
Trindade	3.929	689	17,5
Total	105.966	41.995	39,6

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Dentre os que estão certamente estão em série inadequadas, assim como se pode também inferir que total ou em parte desse universo estão no mercado de trabalho, tendo, portanto abandonado os bancos escolares.

Visando complementar as informações da Tabela IX.8, a Tabela IX.9 mostra o grau de escolaridade das pessoas com 18 anos e mais de idade e que tenham o segundo grau completo, portanto apto a ingressar num curso superior.

Nota-se que neste nível de escolaridade, 31,9% dos jovens de 18 anos e mais de idade, ou seja, apenas um 1/3 concluíram escolaridade que os habilita a ingressar num curso superior. Esse 1/3 resulta da contribuição do município de Goiânia, que sozinho tem 38,7% de seus jovens com 11 anos e mais de estudos. Nos demais municípios, a taxa oscila entre a menor 9,8% (Goianópolis) e a maior 18,5% (Aparecida de Goiânia).

Tabela IX.9 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia - Pessoas de 18 Anos e Mais de Idade com 11 anos e mais de estudos - 2000

Municípios	Pessoas 18 anos e mais de idade		B / A (em %)
	Total (A)	Com 11 anos e mais de estudo (B)	
Abadia de Goiás	3.102	453	14,6
Aparecida de Goiânia	207.233	38.289	18,5
Aragoiânia	4.218	549	13,0
Goianópolis	6.671	654	9,8
Goiânia	745.444	288.706	38,7
Goianira	11.789	1.393	11,8
Hidrolândia	8.597	1.519	17,7
Nerópolis	11.980	2.181	18,2
Santo Antonio de Goiás	1.951	332	17,0
Senador Canedo	31.893	3.512	11,0
Trindade	52.160	8.686	16,7
Total	1.085.039	346.275	31,9

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Para concluir, tendo como referência o conjunto das tabelas, percebe-se que Aragoiânia é o município com o segundo mais baixo nível de escolaridade e carência de pessoas com instrução acima de 11 anos, porém, está, em relação aos outros municípios da RM, inclusive Goiânia, entre os melhores, no tocante a frequência escolar de adolescentes e jovens.

Destacam-se de maneira positiva os municípios de Aparecida de Goiânia e Santo Antonio de Goiás. Em relação aos outros municípios, exceto Goiânia, Aparecida de Goiânia tem proporcionalmente poucos habitantes sem ou com baixa instrução e aparece sempre com os índices acima da média. Santo Antônio é o município onde mais adolescentes e jovens freqüentam a série adequada e onde há, relativo a toda RMG, mais crianças na escola. Entretanto, apresenta o maior índice de crianças fora da série adequada. O município que apresenta o menor percentual de crianças e adolescentes que freqüentam a escola é Trindade.

Em resumo, a situação da escolaridade na RM é satisfatória em relação às crianças acima de 7 anos e aos adolescentes até 17 anos. Falta acesso a educação formal para crianças abaixo de 7 anos. Entretanto, é mister que se analise de forma mais acurada a situação escolar das crianças na faixa de 0 a 3 anos de idade, porque, nessa faixa etária, a existência de creches facilita aos pais cuidar do sustento da família. É a partir dos 3 anos que o estímulo cognitivo, intelectual, emocional e social fará a diferença na base educacional do futuro adulto.

A questão da adequação escolar apresenta-se ainda como problema, pois cerca de 60%, no melhor caso (Goiânia) e 30% nos piores casos, há defasagem escolar expressiva (tabela IX.6). Esta não só se traduz em desestímulo ao aluno, mas também uma ineficiência do sistema escolar em si. As reformas dos últimos anos ainda não consolidaram, mas revelam que surtiram um efeito mais positivo.

No outro lado há uma parcela significativa de jovens estudando além dos 17 anos, não só retardando sua entrada no mercado de trabalho, mas também aumentando o nível de escolaridade na RMG (tabela IX.8). Isso demandará, porém, ainda algum tempo. Os desafios para a RMG são enormes, sobretudo para manter a população infanto-juvenil e jovem nas respectivas escolas e, escolas com melhor qualidade de ensino, agregando conhecimentos, educação e cidadania aos alunos. Realidade essa partilhada com todo o Brasil.

IX.2.4 Moradia

A análise sobre as condições de moradia na RM de Goiânia indica um baixo índice de habitações subnormais. Este tipo de habitação é encontrado somente no município de Goiânia, representando 1,44% do total de domicílios do município. Entretanto, em 2003, existiam aproximadamente 12% de loteamentos clandestinos e irregulares em Goiânia, segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAM, 2004). Um dos elementos que podem ser utilizados como explicativos para a não existência deste tipo de habitações nos demais municípios da RMG é a aplicação de um tipo específico de política de financiamento popular para construção e reformas de casas via crédito de ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do Governo do Estado (Cheque-Moradia), apesar de seu caráter extremamente assistencialista. Por outro lado, com relação aos domicílios improvisados, 0,65% estão em Aparecida de Goiânia, enquanto Goiânia aparece com 0,40% e Senador Canedo com 0,62% nesta categoria, percentagem inferior à Trindade que apresentou 1,68%, o maior da RMG.

Tabela IX.10 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios, Abastecimento Adequado de Água, Escoamento Sanitário Adequado, Coleta Adequada de Lixo e Percentuais de Ruas sem Pavimentação - 2000

Municípios	Domicílios particulares permanentes urbanos				
	Total	Com abastecimento adequado de água ¹	Com escoamento sanitário adequado ²	Com coleta adequada de lixo ³	Percentual de ruas pavimentadas
Abadia de Goiás	100,0	79,6	0,0	100,0	
Aparecida de Goiânia	100,0	39,2	19,8	92,6	Mais de 40 a 60%
Aragoiânia	100,0	68,0	5,0	95,9	
Goianápolis	100,0	74,6	1,0	95,7	
Goiânia	100,0	85,7	80,9	99,1	Mais de 60 a 80%
Goianira	100,0	59,7	11,1	90,2	Mais de 20 a 40%
Hidrolândia	100,0	78,7	12,2	87,1	
Nerópolis	100,0	82,5	9,5	98,1	Mais de 80 a 100%
Santo Antonio de Goiás	100,0	90,2	1,6	98,2	Mais de 80 a 100%
Senador Canedo	100,0	55,2	4,8	91,3	Mais de 20 a 40%
Trindade	100,0	70,3	39,8	96,3	Mais de 60 a 80%
Total	100,0	74,3	61,8	97,3	-

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. METRODATA
<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio/> - Acesso em 16 de maio de 2005)

(¹) - considerou-se como adequado aquele domicílio servido por rede geral, canalizada em pelo menos um cômodo

(²) - considerou-se como adequado aquele domicílio ligado à rede geral ou à fossa séptica.

(³) - considerou-se como adequado aquele domicílio atendido por serviço de limpeza ou caçamba.

A Tabela IX.10 mostra alguns indicadores relativos ao risco ambiental na RMG. Com relação ao acesso a serviços públicos, a coleta de lixo é aquela com melhor aproveitamento em toda a Região Metropolitana de Goiânia,

com com uma média de 97,7% dos domicílios atendidos. No que se refere ao abastecimento de água os números indicam 74,3% de atendimento, índice superior ao esgotamento sanitário que aparece com 61,8% em toda RMG. Aparecida de Goiânia, nos itens citados, aparece com 92,6% de domicílios atendidos com coleta de lixo, 19,8% dos domicílios atendidos com serviço de escoamento sanitário, bem abaixo da média geral da RMG, bem como 39,2% dos domicílios atendidos com abastecimento de água adequado.

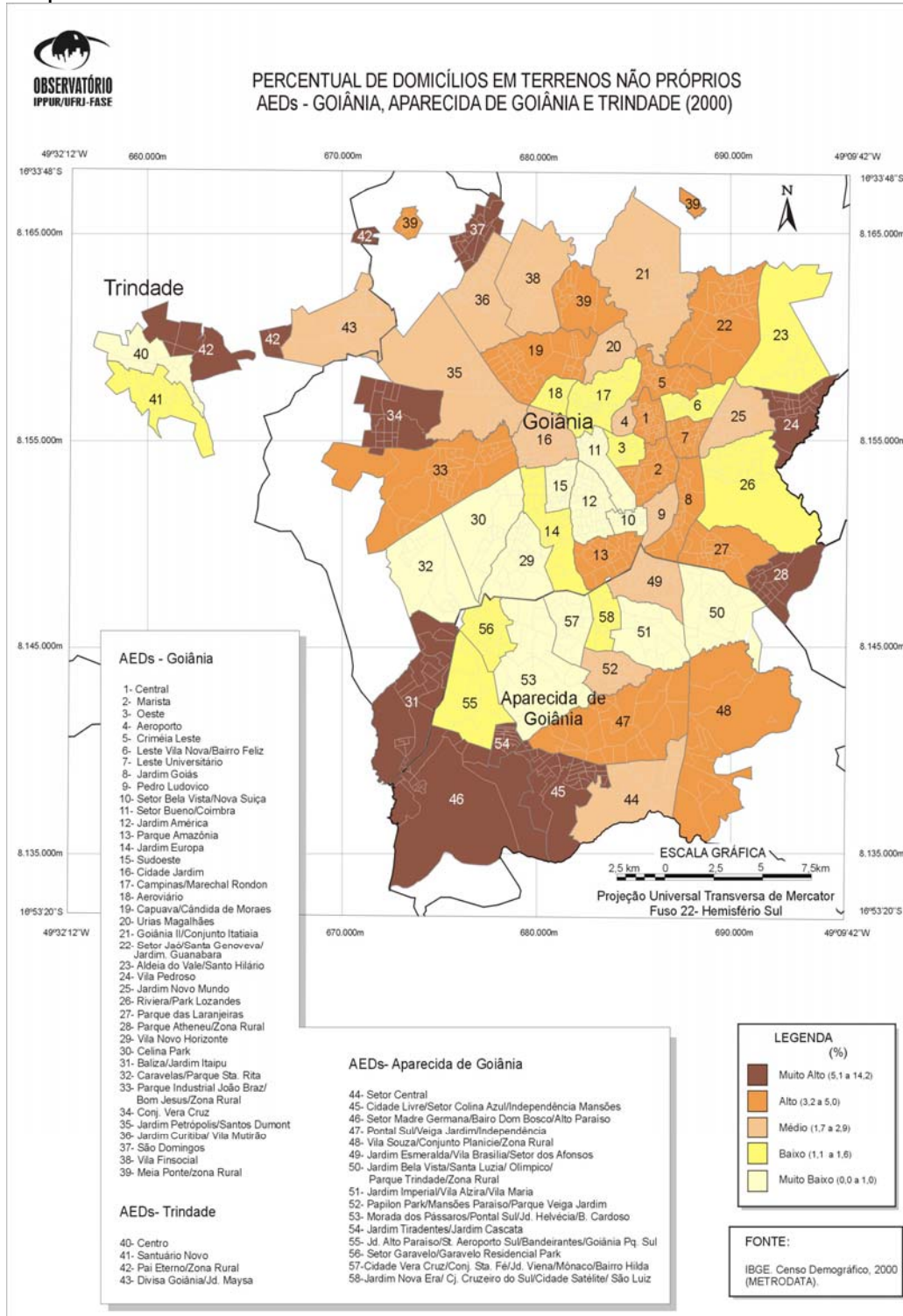
Tabela IX.11 – Municípios da Região Metropolitana de Goiânia – Domicílios, déficit habitacional, sem propriedades e alugados - 2000

Municípios	Total de domicílios	Déficit habitacional	Sem propriedades	Alugados
Abadia de Goiás	1.398	6,5	5,5	12,0
Aparecida de Goiânia	90.910	8,9	3,1	15,4
Aragoiânia	1.889	3,6	2,1	12,3
Goianópolis	2.812	9,2	0,7	12,9
Goiânia	313.633	9,1	3,0	24,5
Goianira	5.273	6,0	2,8	12,5
Hidrolândia	3.697	8,8	3,0	13,9
Nerópolis	4.943	11,2	5,8	18,0
Santo Antonio de Goiás	838	3,4	0,2	23,0
Senador Canedo	14.249	8,7	6,1	10,4
Trindade	22.134	6,5	2,3	16,1
Total	461.776	8,9	3,1	21,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Na Tabela IX.11, os dados revelam a situação dos moradores da RMG no que se refere ao déficit habitacional, aos sem propriedades e os que dependem do aluguel para morar. O déficit habitacional em toda a RMG gira em torno de 8,9% do total de domicílios. Goiânia está acima da média com 9,1%, Aparecida de Goiânia com 8,9%, Senador Canedo com 8,7% e Trindade com 6,5% do total de domicílios. Um elemento importante que se relaciona ao déficit habitacional diz respeito à propriedade do terreno. Na mesma Tabela IX.11, observa-se que dos domicílios particulares permanentes, 3,1% do total de domicílios da RMG não possuem a propriedade do terreno. Em Goiânia esse percentual representa 3,0% enquanto em Aparecida de Goiânia, 3,1%. Com relação a variável imóveis alugados, 21,4% do total de imóveis da RMG se encontram nessa situação. Em Goiânia, 24,5% dos imóveis são alugados e em Aparecida de Goiânia 15,4% do total de domicílios. Em Senador Canedo, 6,1% não possuem propriedade do terreno, enquanto 10,4% dos imóveis são alugados. No município de Trindade, 2,3% dos domicílios não tem propriedade enquanto 16,1% dos domicílios são alugados. Os demais municípios apresentam uma média de 3,3% de moradores que não possuem propriedade do terreno, enquanto 14,5% dos imóveis são alugados.

Mapa IX.7



A análise por AEDS em Goiânia, Aparecida e Trindade (Vide Mapa IX.7) demonstra índices muito altos de terrenos não próprios apenas nas áreas periféricas de Goiânia (AEDs 24, 28, 34 e 37), em áreas conurbadas entre Goiânia e Aparecida (AEDs 31 e 46) áreas empobrecidas de Aparecida de Goiânia (AEDs 45 e 54) e Zona Rural de Trndade (AEDs 42).

Tabela IX.12 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios Particulares Permanentes com até 3 Cômodos - 2000

Município	Domicílios particulares permanentes		%
	Total	Com até 3 cômodos	
Abadia de Goiás	1.398	195	14,0
Aparecida de Goiânia	90.910	16.491	18,1
Aragoiânia	1.889	203	10,7
Goianópolis	2.812	482	17,1
Goiânia	313.633	39.972	12,7
Goianira	5.273	810	15,4
Hidrolândia	3.697	446	12,1
Nerópolis	4.943	510	10,3
Santo Antonio de Goiás	838	57	6,8
Senador Canedo	14.249	3.236	22,7
Trindade	22.134	3.799	17,2
Total	461.776	66.201	14,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

O adensamento domiciliar representa também um importante elemento de análise das condições de moradia. Na RMG o número de domicílios com até 3 cômodos é considerável. Dos 461.776 domicílios, 14,3%, ou seja, mais de 66 mil domicílios se encontram nesta situação. Os três maiores municípios da RMG, excluindo a capital, Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo, possuem os maiores índices de domicílios com apenas três cômodos, respectivamente 18,1%, 17,2% e 22,7%. Esses resultados indicam uma relação direta entre o crescimento desses municípios e o aumento do grau de dificuldade ao acesso mais amplo a moradia.

Com relação às carências infra-estruturais, 0,6% dos domicílios de toda a RMG não recebem adequadamente água tratada, em 0,2% dos domicílios falta a iluminação, e em 1,7% dos domicílios inexistem instalações sanitárias. Não há destinação de lixo urbano em 2,7% dos domicílios e 0,8% não possuem banheiros. Em Aparecida de Goiânia, 1,6% dos domicílios possuem carência com relação ao abastecimento de água, 0,4% dos domicílios possuem carência de iluminação, 2,8% carência de instalação sanitária e 7,4% dos domicílios apresentam carência com relação a destinação do lixo urbano.

Tabela IX.13 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia por Domicílios segundo as Condições de Moradia - 2000

Municípios	Domicílios particulares permanentes							
	Total	Em terreno não próprio	Sem sanitários	Por adensamento	Domicílios com inadequação			
					por carência de água	iluminação	instalação sanitária	destinação do lixo urbano
Abadia de Goiás	1.398	5,5	3,3	1,5	3,7	1,5	3,9	0,0
Aparecida de Goiás	90.910	3,1	1,4	9,4	1,6	0,4	2,2	7,4
Aragoiânia	1.889	2,1	1,1	5,6	1,1	0,3	1,3	2,6
Goianápolis	2.812	0,7	1,6	9,9	0,4	0,4	7,3	3,9
	313.6							
Goiânia	33	3,0	0,5	5,1	0,3	0,1	1,4	0,9
Goianira	5.273	2,8	0,9	8,9	0,2	0,2	1,4	9,4
Hidrolândia	3.697	3,0	1,7	2,9	0,5	1,4	4,5	7,7
Nerópolis	4.943	5,8	1,2	5,6	2,3	1,2	3,9	1,8
Santo Antonio de Goiás	838	0,2	0,0	6,1	0,0	0,0	1,2	1,4
Senador Canedo	14.249	6,1	0,9	11,0	0,4	0,5	1,5	8,2
	22.13							
Trindade	4	2,3	1,7	8,1	0,7	0,6	2,6	3,5
	461.7							
Total	76	3,1	0,8	6,3	0,6	0,2	1,7	2,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

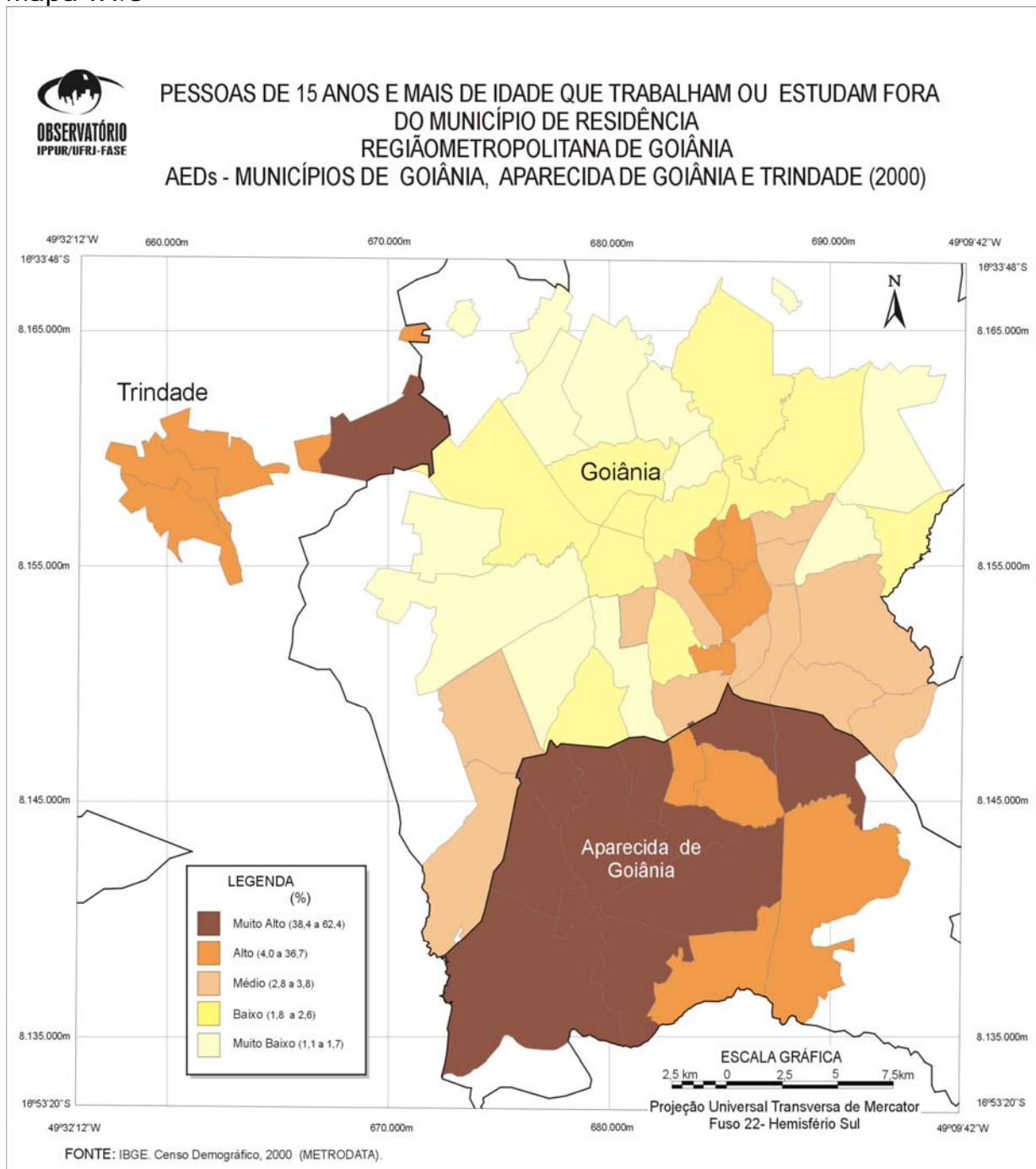
Em Goiânia, 0,3% dos domicílios possuem carência quanto ao abastecimento de água, 0,1% quanto à iluminação, 1,0% de instalações sanitárias e 0,9% com relação à destinação do lixo urbano, números que tornam a situação de Goiânia bastante cômoda em relação aos demais municípios, além de influir diretamente, por exemplo, no valor do solo urbano. Em Senador Canedo, 0,4% dos domicílios tem carência em com relação a água, 0,5% com relação a iluminação, 1,5% possuem carências quanto ao item instalações sanitárias e 8,2% com relação a destinação do lixo urbano. Em Trindade, 0,7% dos domicílios tem problemas de carência de água, 0,6% com relação a iluminação, 2,6% com relação a instalações sanitárias e 3,5% com relação a destinação do lixo urbano

IX.2.5 Mobilidade e transporte

Movimento pendular

O movimento de pessoas de 15 anos e mais de idade que estudam ou trabalham em outro município indica um forte movimento pendular em direção à Goiânia, conforme mostra o Mapa IX.8.

Mapa IX.8



Os dados da Tabela IX.14, por sua vez, mostram os números absolutos e relativos do movimento pendular dos municípios em direção ao pólo e aos demais municípios da RMG. Esse movimento permanente diz respeito a 71,4% da população total da RMG em 2000, que por motivos ligados à educação e ao mercado de trabalho, se deslocam entre os municípios que compõem a RMG. Em termos absoluto isso perfaz o total de 846.241 pessoas. Desse total, 13,2% trabalham ou estudam em outro município, ou seja, construíram uma vida de relações (trabalho, estudo, lazer, consumo, vínculos familiares, etc) em outros municípios. As relações

sociais (de produção, políticas, afetivas, etc), dessa forma, são construídas no deslocamento, na mudança de lugar, característica própria da sociedade moderna, uma vez que a vida cotidiana tem ficado cada vez mais complexa, exigindo que os indivíduos acionem um número maior de territórios no seu cotidiano.

Desconsiderando Goiânia, o total da população de 15 anos ou mais que trabalhava ou estudava em outro município, no ano de 2000, foi de 97.140 pessoas. Desse total, 93,11% deslocaram-se para a Goiânia, município pólo da RM. Entre os municípios com maior percentagem de deslocamento para fora do município, estava Senador Canedo (47,8%), Aparecida de Goiânia (43,3%) e Goianira (35,9%).

A população que se deslocou desses três municípios equivalia a 74,83% do total. Excluindo Goiânia, essa percentagem sobe para 86,6%. Os demais municípios estão em uma longa faixa, onde encontramos Goiânia com 2,6%, Goianápolis com 4,8%, Hidrolândia com 11,5%, Nerópolis com 12,8%, Aragoiânia com 13,1%, Santo Antonio de Goiás com 21%, Trindade com 25,9% e Abadia de Goiás com 30,4%.

A pouca expressividade dos dados de Goiânia é compreensível, por sua característica de cidade receptora do deslocamento diário. Outra peculiaridade refere-se ao município de Goianápolis, com apenas 4,8%, sendo aquele onde se apurou o menor deslocamento, tanto relativo quanto absoluto. Goianápolis configura-se como o município com menor grau de relação com Goiânia. Trata-se do único município da RMG que a população que se destina ao pólo (36 pessoas) é menor que a que se destina aos outros municípios (186 pessoas). Essa característica deve-se ao fato de sua maior relação com Anápolis, pólo de importância regional, distante aproximadamente 20km de Goianápolis e 40km de Goiânia.

Tabela IX.14 - Municípios da Região Metropolitana de Goiânia segundo População Residente 15 Anos e Mais de Idade que Trabalha ou Estuda e Pessoas que Realizaram Movimento Pendular – 2000

Municípios	Distancia rodoviária e vias de acesso		Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				C / B (em %)	D / C ² (em %)
	Em Km	Acesso	Total (A)	Que trabalham ou estudam				
				Total (B)	fora do município de residência ¹ (C)	dirigindo-se ao pólo metropolitano (D)		
Abadia de Goiás	27	BR-060	3.400	2.319	705	620	30,4	87,9
Aparecida de Goiânia	21	BR-153	228.427	161.675	69.958	66.164	43,3	94,6
Aragoiânia	42	GO-040	4.550	3.037	398	332	13,1	83,4
Goianópolis	33	BR-457	7.318	4.603	222	36	4,8	16,3
Goiânia	--	GO-415	812.707	589.498	15.352	0	2,6	0,0
Goianira	37	GO-070	12.934	8.417	3.021	2.748	35,9	91,0
Hidrolândia	36	BR-153	9.291	6.104	704	593	11,5	84,3
Nerópolis	42	GO-080	13.049	9.203	1.176	926	12,8	78,7
Santo Antonio de Goiás	38	GO-080	2.167	1.452	305	265	21,0	87,1
Senador Canedo	16	GO-403	35.065	23.410	11.199	10.475	47,8	93,5
Trindade	30	GO-060	56.975	36.524	9.453	8.289	25,9	87,7
Total			1.185.883	846.241	112.492	90.449	13,3	80,4

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata) SEPLAN-GO (2003).

NOTA: (¹) o movimento de pessoas que estudam ou trabalham fora de seu município de residência é denominado de pendular. (²) o cálculo do percentual de pessoas que se dirigem ao pólo, relativo ao "total região metropolitana", exclui os dados do município pólo.

Um dado que merece ser destacado é a pouca integração lateral, ou seja, a integração entre os municípios periféricos. Avaliando a Tabela IX.14, constata-se que apenas 6.152 pessoas, dentre aquelas que se deslocaram para os municípios da RMG, não o fizeram para o município pólo. Os dados sobre os deslocamentos laterais são os seguintes: Nerópolis com 21,3% de sua população em outro município, provavelmente com migração pendular para Santo Antonio de Goiás, Nova Veneza ou mesmo Anápolis, município com o qual ainda mantém muitos vínculos, facilitados pelo deslocamento pela GO-222. Depois vem Aragoiânia, com 16,6% de deslocamento para outro município, provavelmente com grande participação de Aparecida de Goiânia, uma vez que esta se encontra em nível superior de polarização, estando ainda no caminho para Goiânia, pelo acesso da GO-040.

Muito embora tenha apenas 5,4% de deslocamento para outros municípios, Aparecida de Goiânia apresentou o maior número absoluto, com 3.794 pessoas. Os vínculos se dão, prioritariamente, com os municípios de Hidrolândia, Aragoiânia e também Anápolis, especialmente no deslocamento para o estudo. Interessante notar a relação entre a forma da RMG, as vias de acesso rodoviário e a distancia de Goiânia. Alguns desses municípios distam mais de 30 km de Goiânia, como Aragoiânia (42km), Santo Antonio de Goiás (38km) Goianira (37km), Hidrolândia (36km) e Goianápolis (33km). Entretanto, a distancia não é, necessariamente, o fator determinante para a integração, mesmo porque essa distancia refere-se à sede dos municípios e os vetores de integração não ocorrem apenas pelas vias apontadas, em virtude da progressiva conurbação, especialmente entre os municípios de Aparecida de Goiânia (21km), Goianira (37km), Senador Canedo (16km) e Trindade (30km). A fluxo de pessoas entre Aparecida de Goiânia e Goiânia, por exemplo, tanto pode ocorrer pela BR-153, quanto pelas vias municipais, como é o caso da Avenida São Paulo ou mesmo Rio Verde, entre outras possibilidades. Já em relação à municípios como Aragoiânia (42km), Nerópolis (42) e Goianápolis (33km), a distancia e a disponibilidade de transporte exerce maior influencia.

No processo de constituição das cidades brasileiras, tradicionalmente, a população mais pobre foi empurrada para bairros distantes ou mesmo para outros municípios, aumentando, dessa forma, a distancia espacial entre local de residência e os locais de trabalho-estudo, que, no caso de RMG pode variar de 16 km a 42 km. A distancia converte-se em barreira para a população mais carente, seja porque gasta mais tempo para se deslocar, com implicações na sua qualidade de vida, ou mesmo porque o preço para esse deslocamento também é maior. Esse deslocamento pode ocorrer de várias maneiras. O mais comum é o ônibus. A utilização de meios como a bicicleta também é freqüente. Não são poucos aqueles que residem em Senador Canedo e Aparecida de Goiânia e se deslocam por esse meio de transporte para Goiânia.

Não se trata, como bem sabemos, de uma opção aeróbica, mas de uma forma encontrada para minimizar os custos do transporte coletivo. Uma forma encontrada para perpetuar cotidianamente os vínculos entre os

territórios e, porque não dizer, para continuar a reprodução de uma relação social de exploração que se expressa na própria mobilidade. Em tempos de globalização, a estratificação social ocorre e é reproduzida no próprio movimento.

IX.2.6 Incidência de homicídios

A questão da violência na região metropolitana de Goiânia apresenta, ainda, uma situação que pode ser considerada razoável no conjunto das demais regiões. Acompanha, entretanto, a tendência de crescimento das ocorrências de crimes de homicídio verificada na maioria delas.

A região metropolitana de Goiânia apresentou, no período de 1997 a 2000, 1,3 % dos homicídios registrados pelo Ministério da Saúde, figurando em 13^o lugar no ranking de homicídios entre as aglomerações urbanas brasileiras. A taxa média de 25,3 homicídios por 100.000 habitantes no mesmo período, abaixo da taxa média nacional (28,6) e em décimo terceiro lugar entre as RMs, parece sugerir um quadro otimista, consideradas as altas taxas verificadas no país.

Entretanto, a perspectiva otimista é desmentida pela taxa média de crescimento anual de 8,8%, a sexta maior, atrás apenas das RMs Vale do Aço, Tubarão, Belo Horizonte, Campinas e Londrina². Isso pode significar, numa perspectiva de futuro, que a Região metropolitana de Goiânia se insira no mesmo quadro de violência configurado para as regiões mais violentas do país, caso políticas públicas eficazes de prevenção e contenção não sejam empreendidas.

A região contabilizou, entre 1998 e 2002, um total de 2.162 vítimas de homicídios, 1,4% das 152.624 pessoas vitimizadas no total das regiões metropolitanas.³

As taxas de vítimas de homicídios por 100.000 habitantes na região ficaram abaixo da taxa média nacional nos anos de 1998 (23,5), 1999 (25,6) e 2000 (24,5) e 2001 (25,4) e, acima, no ano de 2002 (32,8). Evoluíram em 39,3 no período, apresentando crescimento expressivo. Além disso, em 2002, 23,7% das vítimas de homicídio na região metropolitana de Goiânia foram mortas por armas de fogo⁴. Embora a média das taxas anuais (17,4), tenha ficado um pouco abaixo da média das regiões (19,2) houve crescimento em todos os anos do período, e a região figurou em décimo segundo lugar das regiões metropolitanas com maior índice de vítimas por armas de fogo. O mais grave é que ficou em sétimo lugar na evolução das taxas de crescimento (81,3%) de vítimas de homicídio causado por armas de fogo, bem acima da evolução das taxas do conjunto das regiões, 18,3% no período de 1998-2002.

2 Fonte: Ana Flávia Machado, Ana Maria Hermeto, Mônica Viegas, Betânia Totino, Éber Gonçalves, Frederico Luiz B. de Melo. "Economia Social: mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e criminalidade." BH Século XXI, Relatório final; Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG,

(Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php, acessado em 25/08/2005.

3 Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP/Secretarias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento Pessoa em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa/IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/saude/> acessado em 20/08/2005.

4 Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP/Secretarias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento Pessoa em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa/IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/saude/> acessado em 20/08/2005.

A descrição do comportamento dos municípios que compõem a região permite verificar que, se a Região Metropolitana de Goiânia é responsável por apenas 1,4 % da taxa média de homicídios das regiões metropolitanas no Brasil, o município de Aparecida de Goiânia atingiu taxas de 33,59 homicídios por 100 mil habitantes em 2000, 48,99 em 2001 e 47,35 em 2002, bem acima da taxa média nacional e também acima da taxa média do conjunto das regiões metropolitanas (46,0 em 2002). Já a capital, Goiânia, apresentou taxas inferiores à média nacional nos anos anteriores e apenas em 2002 superou levemente a taxa média nacional (28,96), permanecendo abaixo da taxa média das regiões metropolitanas.

É interessante observar que dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás⁵ registraram para 2003, um total de 290 homicídios dolosos na Capital e 715 no interior do Estado de Goiás. Considerando que o interior de Goiás, nos registros da Diretoria-Geral da Polícia Civil, abarca os municípios do entorno de Brasília, que nos registros da RIDE-SENASP em 2002 contabilizaram em 2002 950.009 vítimas de homicídio, excetuando o Distrito Federal, é possível supor que o município de Aparecida de Goiânia figure como um dos mais violentos, não só da RM-Goiânia, como dos municípios goianos, incluindo aqueles que compõem a RIDE Brasília. Em 2002, as taxas de vítimas de homicídios por cem mil habitantes de Aparecida de Goiânia equiparam-se às daquelas de alguns dos municípios mais violentos da RIDE-Brasília: 47,35 em Aparecida de Goiânia, 42,24 em Luziânia, 46,25 em Águas Lindas de Goiás e 53,9 em Novo Gama.

Assim, a capital, embora concentre a maior parte da população (21,7%) em 2002, não é responsável pelas maiores taxas de homicídio por cem mil habitantes da região. Goiânia apresentou em 1998 taxa de 21,54, que aumentou para 26,89 em 1999, decresceu para 22,87 em 2000 e para 18,89 em 2001, voltando a subir para 28,96 em 2002, confirmando a pesquisa "As cidades e a violência"⁶ na qual Goiânia figurou em 20º lugar entre os municípios das regiões metropolitanas, com 27,63 % de risco de uma pessoa ser vítima de homicídio.

Aparecida de Goiânia é também o município que apresenta o maior número de domicílios deficientes; 66.818, IDH-M⁷ semelhante ao da maioria dos municípios, 0,764; taxa de pobreza de 22,84, bem acima da de Goiânia, 12,35. Na Região de Desenvolvimento Integrado, sobressaem dois outros municípios, além de Aparecida de Goiânia em termos de violência: Senador Canedo e Trindade. Com exceção da capital, esses municípios foram considerados como de situação média no que se refere à condição social. São considerados como integrados à capital, para aonde as pessoas se deslocam para trabalhar e estudar.

Senador Canedo apresentou em 2001 taxa de 31,79 e em 2002 52,32. Este município tem sido alvo de programas de habitação popular para acolher o excedente populacional da Capital tendo registrado as seguintes

5 SSP-GO, Diretoria-Geral da Polícia Civil. Planejamento- Seção de Estatística e Informações.

6 "As cidades brasileiras e a violência." RIO Estudos No. 58. Maio de 2005.

7 Observatório das Metrôpoles. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur). Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da Atividade 1a: Identificação dos Espaços Metropolitanos e Construção de Tipologias.

taxas de homicídio no período: 29,27%, caindo para 16,62% em 1999 e, a partir daí, crescendo em 17,19% em 2000, 19,94% em 2001 e saltando para 24,02% em 2002. Senador Canedo, com 59.250 habitantes em 2002 é considerado município de condição social ruim, com 0,729 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o sexto pior da região, taxa de pobreza de 31,97, a oitava pior da região. Seu Índice de Condição Social é de 0,646.

Trindade, com a terceira maior população da região, 87.428 habitantes, considerado de condição social média, 0,724 de Índice de Condição Social, figura como o terceiro município em taxa de homicídios por cem mil habitantes, mas bem abaixo dos demais: 29,27 em 1998, 16,62 em 1999, 17,19 em 2000, 19,94 em 2001 e 24,02 em 2002.

Dois outros municípios apresentam taxas dignas de nota em alguns anos do período em relação às taxas da região: Nerópolis em 1998 com 35,91 homicídios por cem mil habitantes e Abadia de Goiás em 2000 com 40,3. Os valores absolutos, entretanto são para Nerópolis de 6 homicídios em uma população de 15.708 e de 2 homicídios em Abadia de Goiás em uma população de 4.971.

É possível então concluir que na região apenas os municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade configurem um quadro mais expressivo de violência na região.

O Estudo Segurança 7 do Cedeplar 8 mostra que o Estado de Goiás registrou taxas de homicídio por 100.000 habitantes na faixa etária de 17-29 anos acima de 40,0 inferior à taxa nacional de 64,7. Ainda assim, é a faixa etária de maior incidência de homicídios no Estado de Goiás e, provavelmente, na RM-Goiânia (Tabela IX.15).

Os dados do SENASP para os municípios da região Metropolitana de Goiânia estão dispostos nas Tabelas 20, 21, 22, 23 e 24, referentes aos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, respectivamente e, naqueles municípios com maior ocorrência de criminalidade, estão em sintonia com a tendência geral de vitimização da população jovem.

8 Ana Flávia Machado, Ana Maria Hermeto, Mônica Viegas, Betânia Totino, Éber Gonçalves, Frederico Luiz B. de Melo. "Economia Social: mercado de trabalho, pobreza e desigualdade e criminalidade." BH Século XXI, Relatório final. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, (Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/sub_pes_pbh.php, acessado em 25/08/2005.

Tabela IX.15 – Taxa de vítimas de homicídio nas faixas etárias por 100.000

Municípios (1999)	Até 14 anos	De 15 a 24 anos	até 25 anos	De 25 a 34 anos	até 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Aparecida de Goiânia	0,0	33,0		40,4	26,6	21,6
Aragoiânia	0,0	80,3		0,0	0,0	15,9
Goianápolis	26,2	0,0		0,0	34,2	17,9
Goiânia	2,0	43,8		43,2	16,2	23,7
Goianira	0,0	0,0		0,0	20,2	5,8
Hidrolândia	0,0	43,4		0,0	0,0	8,6
Nerópolis	0,0	0,0		33,0	0,0	5,8
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	5,4	38,9		21,0	33,5	21,9
Trindade	0,0	12,2		14,7	21,5	11,5

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP - 1999

Destacam-se novamente Aparecida de Goiânia com 33,0 vítimas por cem mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos em 1999, crescendo para 74,0 em 2000 e para 104,5 em 2001, decrescendo para 90,2 em 2002.

Tabela IX.16 - Taxa de Vítimas de Homicídio nas faixas etárias por 100.000

Municípios (2000)	Até 14 anos	De 15 a 24 anos	até 25 anos	De 25 a 34 anos	até 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0		119,6	0,0	40,2
Aparecida de Goiânia	4,6	74,0		40,9	26,8	32,4
Aragoiânia	0,0	85,1		0,0	0,0	15,6
Goianápolis	0,0	0,0		53,9	31,4	18,7
Goiânia	2,5	39,5		37,7	16,7	22,2
Goianira	0,0	25,9		31,1	0,0	10,7
Hidrolândia	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Nerópolis	0,0	26,3		0,0	50,0	21,5
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	5,5	54,1		20,9	13,9	20,7
Trindade	0,0	41,5		27,7	11,7	17,2

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP -2000

Outro município com altas taxas nessa faixa etária é Senador Canedo, 38,9 por cem mil habitantes em 1999, 41,5 em 2000, crescendo para 76,1 em 2001 e ainda crescendo para 113,1 em 2002. A capital apresentou também taxas altas, com tendência ao decréscimo nos três primeiros anos e elevação significativa no ano de 2002: 43,8 em 1999; 39,5 em 2000; 33,1 em 2001 e 54,0 em 2002. (Tabela IX.16)

Além desses municípios, Hidrolândia também apresentou taxas relevantes na faixa etária de 15-24 anos, apenas no primeiro ano da série, 1999, 43,4 e no último, 2002, com 37,2. Nos demais anos, não há registros de homicídios nessa faixa etária. Porém, como a população nesta faixa etária era de apenas 2.306 habitantes em 2002, o dado não é significativo. Oscilação semelhante ocorreu em Nerópolis: taxas significativas em 2000 (26,3) e em 2001 (25,3) e zero de registros nos demais anos (Tabela IX.17). A população desse município também é muito pequena.

Tabela IX.17 – Taxa de Vítimas de homicídio nas faixas etárias por 100.000

Municípios (2001)	Até 14 anos	De 15 até 24 anos	De 25 até 34 anos	De 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0	113,8	0,0	19,1
Aparecida de Goiânia	2,6	104,5	83,5	35,5	49,0
Aragoiânia	0,0	0,0	0,0	42,2	15,1
Goianápolis	0,0	42,3	0,0	0,0	9,0
Goiânia	0,7	33,1	26,6	18,0	18,6
Goianira	0,0	74,0	0,0	16,2	20,3
Hidrolândia	0,0	0,0	0,0	21,7	7,7
Nerópolis	0,0	25,3	0,0	0,0	5,2
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	0,0	76,1	58,7	19,6	31,8
Trindade	0,0	34,0	33,0	18,6	18,8

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP - 2001

O município de Trindade também apresentou oscilação na vitimização de jovens de 15 a 24 anos: 12,2 em 1999, subindo para 41,5 em 2000, caindo para 34,0 em 2001 e caindo ainda mais para 27,6 em 2002. (Tabela IX.18)

Tabela IX.18 – Taxa de vítimas de homicídio nas faixas etárias por 100.000

Município (2002)	Até 14 anos	De 15 até 24 anos	De 25 até 34 anos	De 35 ou mais anos	Total Global
Abadia de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aparecida de	4,2	90,2	73,1	44,9	47,1

Goiânia					
Aragoiânia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Goianápolis	0,0	0,0	101,0	0,0	17,5
Goiânia	3,8	54,0	46,4	20,3	28,4
Goianira	0,0	0,0	28,6	15,7	9,8
Hidrolândia	0,0	37,2	46,1	41,2	29,2
Nerópolis	0,0	0,0	58,1	15,7	15,2
Santo Antônio de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Senador Canedo	0,0	113,1	93,4	37,4	52,3
Trindade	0,0	27,6	64,4	18,2	22,9

Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP - 2002

No geral, a segunda maior faixa etária de vítimas de homicídio é de 25 a 34 anos nesses municípios. Essas taxas ficam acima das taxas globais de vítimas de homicídio da Região Metropolitana de Goiânia: 25,6% em 1999; 24,5% em 2000; 25,4% em 2001 e 32,8 em 2002 (Tabela IX.19).

Tabela IX.19 - Taxa de Vítimas de Homicídios por 100.000 Habitantes

Municípios	1998	1999	2000	2001	2002
Região Metropolitana	23.5	25.6	24.5	25.4	32.8
Abadia de Goiás	0	0	40.23	19.12	0
Aparecida de Goiânia	29.41	26.8	33.59	48.99	47.35
Aragoiânia	32.77	15.92	15.57	15.05	0
Goianápolis	27.56	17.85	18.74	9.05	17.55
Goiânia	21.54	26.89	22.87	18.89	28.96
Goianira	36.03	11.54	10.68	20.35	14.73
Hidrolândia	8.69	17.15	7.64	7.7	29.24
Nerópolis	35.91	5.75	21.53	5.19	15.19
Santo Antônio de Goiás	0	0	0	0	0
Senador Canedo	16.49	25.74	22.6	31.79	52.32
Trindade	29.27	16.62	17.19	19.94	24.02

Fonte: Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública- SENASP

IX.3 – CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS

Quadro Institucional da Gestão

A RMG foi criada tendo em vista o grande desenvolvimento do processo de urbanização de Goiânia e dos municípios vizinhos, que no decorrer da década de 1990 passaram a experimentar o fenômeno da conurbação. Isto impeliu as prefeituras e o governo do Estado a discutirem a situação, haja vista a manifestação de determinados conflitos de interesses em função de demarcação de territórios, de sobreusos de equipamentos

públicos, carências de infra-estrutura urbana etc. Assim, tornou-se necessário a criação de um mecanismo legal que normatizasse os espaços públicos em disputa e/ou geradores de conflitos entre os municípios.

De acordo com a legislação, a RMG possui caráter permanente e deve observar os seguintes princípios: o da autonomia municipal e o da co-gestão entre setores públicos e sociedade civil, considerando-se a necessidade de ações intergovernamentais (art. 3º). Para garantir que os objetivos da lei sejam cumpridos, inclusive resguardando os princípios supracitados, foi previsto e criado o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia – CODEMETRO, destacando-se dentre suas funções públicas as seguintes: o planejamento, a política de habitação e meio-ambiente, o desenvolvimento econômico, a promoção social e a modernização institucional (art. 4º).

O CODEMETRO é composto por representantes do governo do Estado, pelos prefeitos municipais, pelos secretários de planejamento dos municípios de Goiânia e de Aparecida de Goiânia e por representantes do legislativo goiano. Para subsidiar os trabalhos do CODEMETRO, além da criação de sua secretaria executiva, este órgão ficou de certo modo conectado às ações da Gerência Executiva da Região Metropolitana, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. A partir de 2004 este órgão ganhou o amparo de uma secretaria específica para discutir a questão das cidades diante do Estatuto das Cidades, que é a Secretaria de Estado das Cidades.

Além deste órgão de articulação intermunicipal e intergovernamental envolvendo os municípios da RMG, outros dois também foram criados. Um previsto nesta mesma lei que instituiu a RMG, que é o responsável pela normatização do sistema de transporte coletivo, denominado Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo, com competência soberana para “estabelecer a política pública de regência da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos” (art. 6º, § 5º). O outro consiste no Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Meia Ponte, que possui a finalidade de fazer a recuperação e conservação do manancial do ribeirão e a fiscalização de ações que incidam sobre o mesmo, responsável pelo abastecimento de água de vários municípios do Estado. Estes dois órgãos envolvem mais municípios do que aqueles que compõem a RMG.

Apesar da importância das ações consorciadas e de co-gestão, que visam uma distribuição equilibrada de recursos para o desenvolvimento urbano e regional, os municípios da RMG se limitam a apenas estes três instrumentos. Setores importantes e que sofrem fortes pressões da sociedade, como a saúde, a educação e a pavimentação asfáltica, por exemplo, não contam com este dispositivo. Não obstante, é importante ressaltar as dificuldades políticas que esporadicamente travam os trabalhos dos dispositivos já existentes. Isto em certa medida se explica pela cultura política regional, marcada pelo conservadorismo de ações que objetivam a permanência de grupos no poder político e a manutenção de um quadro de paternalismo, assistencialismo e dependência dos eleitores. Soma-se a estes fatores o elemento da vaidade política, que inibe

discussões e articulações para a resolução de problemas comuns entre os municípios em função da disputa legendária.

Representação em Conselhos

Com relação aos instrumentos de gestão urbana, além da ausência de co-gestão e ações consorciadas percebe-se ainda um nível significativamente baixo de aplicação dos instrumentos de gestão. Salvo o caso específico de Goiânia, em que os indicadores apresentam os melhores índices, nos demais casos predominam os piores, sendo que em Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade os índices são ligeiramente melhores em relação aos demais municípios.

A discrepância entre a realidade de Goiânia e dos demais municípios denuncia não só a ausência de articulação institucional para a satisfação de necessidades comuns como também a fragilidade da condição democrática. Um bom exemplo para isto é o fato de que nestes municípios os conselhos gestores que se encontram ativos são aqueles em que a eles há vinculação direta da liberação de recursos federais e estaduais para o setor, tal como educação e saúde. Como estes conselhos são exigidos por legislações federais, não se percebe uma movimentação local no sentido de se instituir conselhos por demanda política e/ou social, tais como os conselhos de desenvolvimento municipal, do idoso, dos portadores de necessidades especiais, da mulher, da juventude etc.

Isto é o que revela não só o levantamento do IBGE "Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública", no item que se refere à descentralização e desconcentração das políticas públicas, como também a pesquisa Caracterização dos Conselhos Gestores e Perfil dos Conselheiros Municipais da RMG, realizada entre os anos de 2003 e 2004. Apesar de ter sido completa apenas no Município de Goiânia, esta pesquisa colheu as informações pertinentes aos conselhos existentes, a quantidade de conselheiros de cada um e a representação social nos conselhos de todos os municípios da RMG, o que é suficiente para fazermos este tipo de afirmação.

Com relação ao planejamento municipal, as diretrizes políticas – planejamento estratégico e plano de governo – são elementos desconsiderados e/ou preteridos pelo exclusivo planejamento orçamentário. Assim, considerando-se fundamentalmente os indicadores construídos pelo IBGE, a RMG apresenta a seguinte situação com relação à existência dos instrumentos referidos a seguir, na Tabela IX.20.

Municípios	Legislação e Instrumentos de Planejamento		Descentralização e Desconcentração	Políticas Setoriais	Políticas de Geração de Trabalho e Renda
	Planej. Municipal	Gestão Urbana			
Abadia de Goiás	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Aparecida de Goiânia	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Alto
Aragoiânia	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Bela Vista de Goiás	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Goianápolis	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Goiânia	Alto	Alto	Alto	Alto	Alto
Goianira	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Hidrolândia	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Nerópolis	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Santo Antonio de Goiás	Médio	Baixo	Baixo	Baixo	Médio
Senador Canedo	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Médio
Trindade	Médio	Médio	Baixo	Baixo	Médio

Os valores baixo, médio e alto referem-se à utilização / uso / aplicação dos instrumentos referidos. Como para cada item há uma série de elementos considerados – como, por exemplo, Legislação e Instrumentos de Planejamento no Município, se consideram como instrumentos de planejamento municipal os elementos: lei orgânica municipal, plano de governo, plano estratégico, plano plurianual, LDO, LOA e código tributário municipal – a aplicação de valores 0 (para a não existência do elemento no município) e 1 (para a sua existência) encerra resultados aritméticos que, relacionados à importância político-legal do elemento, nos permite a elaboração de médias que instrumentalizam a classificação dos municípios. Portanto, o índice baixo se refere a pouca ou nenhuma existência no município dos elementos contidos no item, médio a seu uso comedido e alto à sua intensa utilização.

IX.4 – DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS

A análise do desempenho fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia tem a preocupação de avaliar as suas capacidades para realização de ações cooperadas. Para tanto, utiliza-se de uma série de indicadores de situação fiscal: indicadores de receita, indicadores de despesa e indicadores de endividamento e de capacidade de investimento para os anos de 2002 e 2003. Todos os indicadores são calculados como uma relação percentual entre variáveis obtidas nos Balanços Orçamentários e nos Balanços Patrimoniais.

É importante, ao avaliar esses indicadores, ter a compreensão da estrutura econômica dos municípios que compõem a Região Metropolitana, pois, em que pese fazerem parte de um mesmo aglomerado, são muito díspares entre si. Para indicar a dimensão da estrutura econômica dos municípios, utilizam-se dados do PIB e PIB per capita. Como estes dados só foram divulgados para os anos compreendidos entre 1999 e 2002, a análise fica comprometida para os anos posteriores.

Verifica-se que a participação do município pólo no PIB da Região Metropolitana é muito superior em relação aos demais. Em 1999, Goiânia participava com 77,2% (mais de $\frac{3}{4}$) e em 2002 com 72,7%. Apesar de ter perdido peso na participação nesse período, houve uma variação, em valores reais, de 2,4%. Os municípios que têm se destacado são Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Ambos têm aumentado sua participação no PIB global da Região e tido variação significativa em seu crescimento. Aparecida registrou variação, no período de 1999 a 2002, de 12% e Senador Canedo de 19,5%. Os demais municípios também têm apresentado desempenho favorável em relação à variação do PIB, porém ainda são pouco significativos na participação do mesmo.

Em relação ao PIB per capita, observa-se que os piores desempenhos são do município de Goianira e de Trindade, que apresentaram variação real média negativa no período de 1999 a 2002. Vale ressaltar que estes municípios apresentaram variação do crescimento do PIB abaixo de 1%. Todos os demais municípios tiveram variação positiva, com destaque para Senador Canedo, que registrou crescimento de quase 13% e passou a ter o PIB mais alto da Região Metropolitana. Em 2002, Goiânia ocupou a 4ª posição no ranking do PIB per capita, atrás ainda de Hidrolândia e Nerópolis.

A seguir, são feitas as considerações acerca dos indicadores que permitem avaliar o desempenho fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia. Vale ressaltar que, apesar de ela ser constituída de 11 (onze) municípios, somente aqueles que disponibilizaram seus dados fiscais para o Ministério da Fazenda estão sendo considerados nesta análise. Em 2002, não havia dados referentes ao município de Santo Antônio de Goiás e em 2003 foi o município de Trindade que não teve seus dados divulgados. Neste sentido, fica prejudicada a avaliação do desempenho fiscal para o conjunto da Região Metropolitana.

Indicadores de Receita

Para a análise da receita, recorre-se a cinco indicadores (ver tabelas 1A e 1B) que permitem aferir o grau de autonomia e de estabilidade das diversas fontes e de liberdade em sua utilização. O primeiro componente da receita é a autonomia tributária. Ela exprime a dependência de fontes tributárias diretamente administradas pelo município e sobre as quais pode legislar. No caso da Região Metropolitana de Goiânia, tanto em 2002 quanto em 2003, há uma enorme distância entre o município pólo e os demais municípios, apesar de haver um grupo intermediário composto por Aparecida, Hidrolândia e Nerópolis.

À exceção dos municípios que tiveram dados disponibilizados apenas em um dos anos, Santo Antônio de Goiás e Trindade, e de Abadia de Goiás, que registrou queda na autonomia tributária, todos os demais municípios apresentaram crescimento de um ano para outro em termos relativos. Destacam-se os municípios de Nerópolis (4,78%), Goiânia (3,64%) e Aparecida (3,09%) que registraram maior participação neste quesito. Neste sentido, observa-se que os municípios que possuem maior autonomia tributária são os que possuem também os melhores

desempenhos de sua receita tributária e da dívida ativa, na evolução de um ano para outro.

O segundo componente da análise da receita é a autonomia da base territorial. Este indicador exprime a mesma situação da autonomia tributária, com a diferença que, neste caso, acrescenta-se à receita (tributária e dívida ativa) o que se denomina devolução tributária⁹. Verifica-se que neste caso a distância entre o município pólo e os demais é ainda maior. Com efeito, Goiânia foi o município que maior crescimento teve em termos relativos de um ano para outro, na ordem de 5,57%, na participação da receita total do município. Os demais municípios tiveram crescimento positivo na participação do indicador de autonomia na base territorial, o que permite inferir que, com os acréscimos da devolução tributária às receitas que estão sob o controle dos municípios, houve maior autonomia em relação ao uso dos recursos financeiros.

O terceiro indicador de análise da receita é denominado segurança legal. Este apresenta a parcela da receita total que se origina de fontes garantidas por lei. Ocorre que todos os municípios da Região Metropolitana têm índice alto. Porém, há diferença de um ano para outro, tendo em vista que, em 2002, os índices são inferiores em boa parte dos municípios. Isso sugere que eles tendem a depender menos de outras fontes de receita, em geral menos estáveis. Ao contrário da tendência nacional, não são exatamente os municípios maiores que possuem os índices menores. Em 2003, é o município de Goianápolis que registra o índice mais baixo. Goiânia aparece em 7ª posição (92,6%) em relação à segurança legal.

Verifica-se que é pequena a participação da receita não fiscal dos municípios da Região Metropolitana de Goiânia, indicado pela Dependência de Fontes Financeiras. Os maiores índices são de Santo Antônio de Goiás e Hidrolândia, apesar de ambos serem pouco expressivos em relação à estrutura econômica da Região Metropolitana, como indicado pelo PIB, em análise anterior. Goiânia, inclusive, diminuiu a participação de 2002 para 2003.

Por último, analisa-se o indicador de vinculação da receita. Este calcula qual a parcela mínima das receitas municipais vinculada à saúde e educação e adiciona as transferências vinculadas na origem, ou seja, no nível de governo que faz o repasse – União ou estado. Em relação à saúde, verifica-se que a vinculação da receita é alta para todos os municípios, principalmente para os maiores, tanto em 2002 quanto em 2003. Isto ocorreu, apesar de nestes ter havido um aumento em relação ao ano anterior, o que não se verificou apenas para o município de Nerópolis, em que ocorreu redução. Estes indicadores apontam para a dificuldade de os municípios poderem participar de ações cooperadas,

⁹ Transferências cujas razões estão ligadas à eficiência na administração tributária, onde um nível de governo superior se responsabiliza pela totalidade da arrecadação de um imposto cuja base territorial é bem definida e transfere às diversas jurisdições a parcela cuja origem pode ser associada a seu território. Este é o caso da parte do ICMS rateada de acordo com a atividade econômica municipal (75% dos 25% distribuídos aos municípios por seu estado), assim como do IPVA, IRRF, IOF ouro e do ITR. Da arrecadação desses impostos, parte pertence aos municípios de acordo com a parcela da base de arrecadação localizada em seu território. (Garson e Ribeiro, 2004, p.16).

uma vez que parte significativa de suas receitas são vinculadas a fins específicos.

Indicadores de Despesa

A avaliação da despesa passa pela análise de sua estrutura, da rigidez do orçamento total e fiscal e pela prioridade do gasto, como pode ser observado nas tabelas 2A e 2B, em anexo. Em relação à estrutura da despesa, verifica-se que parte significativa destina-se ao pagamento de pessoal, como é comum nos municípios brasileiros, cuja atividade consiste fundamentalmente na prestação direta de serviços à população¹⁰. Em nenhum município, em 2003, este índice esteve abaixo de 38%, o que representa neste caso mais de 1/3 dos gastos governamentais, e há alguns que chegam a ultrapassar 50%, como são os casos de Abadia de Goiás, Nerópolis e Santo Antônio de Goiás.

Mais da metade dos municípios focam seus gastos em outras despesas correntes, sendo superiores ao gastos com pessoal. Quanto ao serviço da dívida, os municípios de maior porte geralmente apresentam índices maiores. A mesma coisa verifica-se em relação aos investimentos, à exceção de Goiânia, que em termos relativos apresenta-se com investimentos inferiores aos municípios com grande quantidade populacional.

A rigidez do orçamento total e fiscal mostra a parcela do orçamento que estaria comprometida com despesas resultantes de obrigações legais. Assim, observa-se que, primeiro, não há muita diferença entre a rigidez do orçamento total e a do orçamento fiscal, pois, na maioria dos municípios, o orçamento total se constitui exclusivamente do orçamento fiscal. Segundo, apreende-se que, à exceção de Goianápolis, todos os demais municípios, em 2003, têm comprometida mais da metade de seus orçamentos total e fiscal e em alguns chegando mesmo a 2/3 deles.

Por decorrência de obrigações legais e de recursos com vinculação na origem, em nenhum município o índice de prioridade de gasto social ficou inferior, em 2003, a 60% do gasto governamental. E por isso, os gastos urbanos – compreendidos como aqueles necessários para a manutenção da cidade e pela incorporação de novas infra-estruturas, além de habitação, transporte, saneamento – correspondem a cerca de 1/3 dos gastos sociais. Ao realizar sua desagregação constata-se que, destes, a maior parcela está destinada ao urbanismo, que compreende os gastos com infra-estrutura urbana, bem como com transportes coletivos e serviços urbanos (limpeza e iluminação públicas, manutenção de logradouros, entre outros)¹¹. Apenas a capital tem destinação de recursos em todos os aspectos do gasto urbano.

Indicadores de Investimento e de Endividamento

Na análise do equilíbrio de curto prazo¹², observa-se que em 2002 apenas dois municípios (Abadia de Goiás e Goianápolis) tiveram superávit, ao

¹⁰ Em 2003, as despesas de pessoal dos municípios metropolitanos brasileiros representaram, em média, 43% de suas despesas totais.

¹¹ Observe-se que gastos com saneamento e habitação são classificados em função própria, não estando compreendidos na sub-função infra-estrutura urbana da função urbanismo.

¹² Equilíbrio de Curto Prazo – Parcela do montante de Investimentos e Inversões Líquidos não financiada por déficit.

passo que em 2003 há ocorrência de cinco municípios (ver tabelas 3A e 3B), com destaque para Goianópolis que registrou 2.464,10%, em relação ao total investido. Os demais, quando não tiveram registros, apresentaram situação de déficit.

O indicador Sustentabilidade do Investimento¹³ busca avaliar a qualidade das fontes que financiaram o investimento. Tanto a análise de curto prazo quanto a análise de longo prazo apresentam profundas modificações de um ano para outro. Nota-se que, em 2002, Goiânia possuía uma sustentabilidade de curto prazo de 53,98% e de longo prazo de 53,35%. Porém, em 2003 não há registros para a sustentabilidade de investimento para este município. O mesmo ocorre com Goianira e Aragoiânia, que em um dos dois anos não apresentou ocorrência de dados para a realização análise. Na maior parte dos municípios tanto a sustentabilidade de curto prazo quanto a sustentabilidade de longo prazo é bastante expressiva.

Em relação ao nível de endividamento, contata-se que não há nenhum município com situação preocupante, visto que, em relação à dívida líquida, o maior índice é apresentado por Abadia de Goiás, que registrou em 2002 e 2003, 40,89% e 45,01%, respectivamente, muito distante do limite definido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é de 120%.

No contexto apresentado acima se observa grande heterogeneidade entre os municípios. Principalmente os menores, em termos de quantitativo populacional, são os que maiores dificuldades enfrentam frente a sua situação fiscal. E isto pode provocar uma situação desfavorável para a realização de ações cooperadas entre eles.

A análise da receita apresenta uma situação de pouca capacidade financeira entre os municípios. Mesmo aqueles que possuem autonomia tributária elevada possuem também patamares elevados de receitas com vinculação, e isto cria restrições à cooperação. Por outro lado, demonstra-se que grande parte da despesa relaciona-se a pessoal e despesas correntes, havendo, no entanto, municípios que chegam a despender mais de 20% de seus recursos com investimentos.

A análise do endividamento e da capacidade de investimento, por outro lado, mostra que a maior parte dos municípios estão aptos a realização de investimento, pois têm comprometido apenas uma pequena parcela com pagamento dos serviços de dívidas anteriores, além de apresentarem uma situação confortável em relação à dívida líquida que, no geral, não chega a comprometer mais de 20% como se verifica em 2003. Além disso, vários são os municípios que apresentaram superávit no equilíbrio de curto prazo.

Neste sentido, os municípios da Região Metropolitana de Goiânia, mesmo que dependendo, em parte, de receitas transferidas de outras esferas de governo (e algumas vinculadas) apresentam, no geral, uma situação favorável à realização de ações cooperativas.

¹³ Sustentabilidade do Investimento – é a parcela dos Investimentos e Inversões Líquidos financiada por geração interna. No curto prazo, consideram-se todos os recursos gerados internamente. No longo prazo, exclui-se a receita de venda de ativos e considera-se, apenas, 67% da Receita de Valores Mobiliários.

IX.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que está sendo concluído neste momento é apenas uma síntese de um estudo mais abrangente que já está em curso. Não se trata, portanto de um estudo profundo, pois a nossa pretensão com essa síntese, resume-se em três aspectos: a) oferecer uma visão ampla da Região Metropolitana de Goiânia a partir de alguns indicadores sócioespaciais ; b) mostrar o processo de formação do espaço metropolitano e; c) disponibilizar ainda que em caráter preliminar o resultado da organização de um banco de dados sobre a Região Metropolitana a partir dos dados do Censo de 2000. Esses objetivos foram alcançados. No que se refere aos dois primeiros aspectos, procurou-se dar uma visão ampla da problemática urbana e seus aspectos metropolitanos marcada por taxas elevadas de crescimento da população urbana, o quadro da violência urbana com destaques para os jovens, assim como a segregação sócio-territorial vem se manifestando, tanto em Goiânia quanto nos demais municípios.

Quanto ao terceiro, com esta síntese, está-se disponibilizando várias informações e análises sobre a dinâmica urbana metropolitana referente, sobretudo aos dados do Censo de 2000.

A apreciação das informações relativas à RMG, levam ao entendimento de que o crescimento intenso da cidade pólo, que é Goiânia que teve o seu auge na década 1960/70, encontra-se em fase de muito menor intensidade. Entretanto é também perceptível, pelos números apresentados o grande crescimento de algumas das cidades que compõem a Região Metropolitana.

Essa não é uma situação exclusiva da RMG, embora cada uma das Regiões Metropolitanas brasileiras apresente suas peculiaridades. Em comum com as demais, temos o fato de que o acesso à terra urbana e da própria moradia torna-se cada vez mais difícil nas proximidades do "centro". Isso implica que a população mais pobre tende a se localizar nas áreas e municípios onde os preços dos terrenos são mais acessíveis mantendo a tendência crescimento horizontal da periferia da maioria das cidades da RMG.

O que se pode ter como especificidade, no caso da RMG, é que no município de Goiânia esse crescimento foi, em princípio, dirigido de forma planejada, em direção da região sul/sudoeste, pelas razões explicitadas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) que foi aprovado pela Câmara de vereadores em 1971 e pelos demais que se seguiram. As diretrizes esboçadas nos planos diretores do município de Goiânia, uma vez concretizadas pelas políticas públicas municipais, contribuíram sensivelmente para que a cidade transbordasse de forma muito mais intensa, até o ano 2000, para os municípios que se localizam naquelas regiões.

Só muito mais recentemente (década de 90) esse espraiamento generalizou-se em todas as direções, mas continuando a ser importante para aquelas cidades (Aparecida de Goiânia e Trindade). Só que as mesmas, em razão de primeiro serem atingidas pelo processo, hoje são as que apresentam maior intensidade de integração com Goiânia. Isso se entende melhor se considerarmos que entre Goiânia e Aparecida não há

descontinuidade da ocupação, o que caracteriza uma conurbação perfeita. Trindade ainda não alcançou o mesmo patamar de continuidade, mas está caminhando nessa direção, assim como Goianira e Aragoiânia.

Tamanha integração dificulta algumas análises, como por exemplo, aquela que se refere ao emprego, não só porque muitas das pessoas que moram em Aparecida, Trindade e outros da RMG, trabalham em Goiânia. A questão fiscal leva para municípios vizinhos atividades que estão voltadas para Goiânia, notadamente no ramo dos serviços e lá empregam pessoas que vivem na cidade pólo.

A informalidade que ocupa as ruas de Goiânia em muito é proveniente de municípios da RMG, não só no que se refere aos empreendedores propriamente, como à produção comercializada.

Por fim, o fato de a análise estar baseada em um único ponto (censo de 2000), limita a abrangência e intensidade das mesmas.

IX.6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zigmunt. Globalização - as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

GOIÁS. Anuário Estatístico do Estado de Goiás - 2003. Goiânia: SEPLAN, 2003c.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização – do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. Regiões de influência das cidades - 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. In.: GEOGRAPHIA. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF. Ano 3, n. 6. Niterói/RJ, 2002.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In.: ARANTES, A. O. O espaço da diferença. São Paulo, Campinas: Papius, 2000.

MOYSÉS, Aristides. Efeitos perversos da concentração econômica na Região Metropolitana de Goiânia. In: Boletim de Conjuntura Econômica Goiana N. 2 - Novembro de 2004, - site <http://portalsepin.seplan.go.gov.br/> no site www.observatório.tk.

MOYSÉS, Aristides. Expansão urbana ou ocupação (in)sustentável da Macro-Zona Rural do Município de Goiânia? In: Boletim Conjuntura Econômica Goiana N. 4, Maio de 2005 – site <http://portalsepin.seplan.go.gov.br/> e no site www.observatório.tk.

MOYSÉS, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: UCG, 2005.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES-FASE-IPARDES. Análises das Regiões Metropolitanas do Brasil – Relatório 1 – Identificação dos espaços metropolitanos e construção de Tipologias. 2004. <http://www.observatório.tk>

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2000.

SEPLAM. Secretaria Municipal de Planejamento. Radiografia social e econômica de Goiânia e Entorno. Goiânia: SEPLAM, 2004.

ANEXOS

Tabela IX.1A

TABELA 1A: INDICADORES FINANCEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2002

Em %

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA DA RECEITA				VINCULAÇÃO DA RECEITA			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras	Vinculação Legal com Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
					Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal	Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal
Goiânia	25,57	50,36	89,48	0,37	31,14	31,25	33,86	33,98
Abadia de Goiás	3,35	7,24	80,73	0,21	31,87	31,94	34,18	34,25
Aparecida de Goiânia	16,02	24,70	74,03	0,95	44,90	45,33	46,23	46,68
Aragoiânia	5,65	9,60	89,16	-	34,92	34,92	37,44	37,44
Goianápolis	3,19	10,31	80,60	2,76	27,11	27,87	29,64	30,48
Goianira	6,71	14,10	76,64	0,13	30,18	30,22	32,38	32,42
Hidrolândia	9,29	21,12	84,77	-	29,13	29,13	31,74	31,74
Nerópolis	12,02	23,26	96,59	-	42,92	42,92	45,42	45,42
Santo Antônio de Goiás								
Senador Canedo	3,69	17,43	86,30	-	39,94	39,94	42,11	42,11
Trindade	8,46	16,51	75,30	0,00	28,72	28,72	30,75	30,75

FONTE: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (Garson & Ribeiro, 2005)

NOTAS:

Autonomia Tributária – é a relação entre R1 e a Receita Total¹⁹

Autonomia por Base Territorial – é a relação entre R2 e a Receita Total

Segurança Legal – apresenta a parcela da Receita Total que se origina de fontes garantidas por lei, inclusive na Constituição Federal

Dependência de Fontes Financeiras – demonstra a participação das receitas não fiscais – de valores mobiliários, de operações de crédito, de alienação de ativos e de amortização de empréstimos.

Vinculação Legal Mínima da Receita Total e da Receita Fiscal – calcula qual a parcela mínima das receitas municipais vinculada à saúde

Tabela IX.1B

TABELA 1B: INDICADORES FINANCEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2003

Em %

MUNICÍPIOS	ESTRUTURA DA RECEITA				VINCULAÇÃO DA RECEITA			
	Autonomia Base Tributária	Autonomia por Base Territorial	Segurança Legal de Receitas	Dependência de Fontes Financeiras	Vinculação Legal com Saúde 12%		Vinculação Legal com Saúde 15%	
					Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal	Sobre Rec Total	Sobre Rec Fiscal
Goiânia	29,21	55,93	92,60	0,31	44,31	44,44	46,50	46,64
Abadia de Goiás	3,32	9,29	95,16	0,51	41,73	41,94	44,23	44,45
Aparecida de Goiânia	19,11	28,24	87,20	0,11	52,27	52,33	53,87	53,93
Aragoiânia	5,94	10,93	89,75	0,22	36,79	36,88	39,24	39,32
Goianápolis	3,72	13,53	84,15	0,00	29,88	29,88	32,46	32,46
Goianira	9,33	17,47	95,65	1,19	46,48	47,04	48,74	49,33
Hidrolândia	11,56	22,68	95,14	2,07	39,59	40,43	42,18	43,07
Nerópolis	16,80	28,14	94,94	0,00	42,21	42,21	44,60	44,60
Santo Antônio de Goiás	9,69	14,83	94,97	2,04	35,41	36,15	38,19	38,98
Senador Canedo	3,81	20,72	94,30		43,33	43,33	45,75	45,75
Trindade								

FONTE: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (Garson & Ribeiro, 2005)

NOTAS:

Autonomia Tributária – é a relação entre R1 e a Receita Total¹⁹

Autonomia por Base Territorial – é a relação entre R2 e a Receita Total

Segurança Legal – apresenta a parcela da Receita Total que se origina de fontes garantidas por lei, inclusive na Constituição Federal

Dependência de Fontes Financeiras – demonstra a participação das receitas não fiscais – de valores mobiliários, de operações de crédito, de

Vinculação Legal Mínima da Receita Total e da Receita Fiscal – calcula qual a parcela mínima das receitas municipais vinculada à saúde

Tabela IX.2A

TABELA 2A: INDICADORES FINANCEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2002

Em %

MUNICÍPIOS	DESPESA													
	Estrutura da Despesa					Rigidez do Orc. Total	Rigidez do Orc. Fiscal	PRIORIDADE DE GASTO						
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Desp Correntes	Serviço da Dívida	Invest e Outras			Gasto Social	Gasto Urbano					
						TOTAL	Urbanis		Habit	Transp	Saneam	Gestão Ambien		
Goiânia	100,00	43,55	45,42	2,08	8,95	56,84	57,04	69,70	20,36	1,24	0,61	8,96	9,33	0,22
Abadia de Goiás	100,00	41,70	47,71	-	10,58	48,91	49,02	66,45	15,63	8,17	0,07	6,08	-	1,31
Aparecida de Goiânia	100,00	28,68	40,71	0,48	30,13	45,62	46,06	84,43	31,99	31,97	-	-	-	0,02
Aragoiânia	100,00	50,76	49,24	-	-	66,06	66,06	69,87	14,24	7,99	-	6,21	0,03	-
Goianápolis	100,00	58,08	35,50	0,73	5,69	65,78	67,64	56,33	19,72	8,23	-	11,38	0,10	-
Goianira	100,00	29,00	50,28	0,45	20,27	41,21	41,26	79,14	27,74	19,31	1,71	2,07	4,43	0,22
Hidrolândia	100,00	43,69	32,44	0,00	23,86	64,79	64,79	70,15	26,12	8,58	-	14,69	2,85	-
Nerópolis	100,00	46,23	44,16	0,00	9,62	63,67	63,67	78,03	19,43	12,18	-	7,25	-	-
Santo Antônio de Goiás														
Senador Canedo	100,00	27,13	51,82	0,14	20,91	42,04	42,04	85,68	27,79	25,14	-	-	2,62	0,03
Trindade	100,00	51,76	30,37	1,97	15,89	66,01	66,02	72,97	28,16	15,13	0,60	12,33	-	0,10

FONTE: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (Garson & Ribeiro, 2005)

NOTAS:

Rigidez do Orçamento Total e do Orçamento Fiscal – o indicador capta a parcela da despesa resultante de obrigações legais – determinações constitucionais relativas à educação e saúde e as financiadas com recursos vinculados – e relacionadas a despesas de difícil compressão- serviço da dívida, legislativo e despesas de pessoal das demais áreas.

Tabela IX.2B

TABELA 2B: INDICADORES FINANCEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2003

Em %

MUNICÍPIOS	DESPESA													
	Estrutura da Despesa					Rigidez do Orc. Total	Rigidez do Orc. Fiscal	PRIORIDADE DE GASTO						
	Despesa Total Líquida	Pessoal	Outras Desp Correntes	Serviço da Dívida	Invest e Outras			Gasto Social	Gasto Urbano					Gestão Ambien
						TOTAL	Urbanis		Habit	Transp	Saneam			
Goiânia	100,00	38,60	53,52	2,05	5,82	59,15	59,33	69,73	17,88	1,21	0,31	5,57	10,32	0,26
Abadia de Goiás	100,00	53,11	43,65	-	3,24	66,95	67,29	63,21	16,32	8,66	0,10	6,35		1,22
Aparecida de Goiânia	100,00	30,50	39,62	0,42	29,46	56,07	56,13	84,03	26,79	26,79				0,00
Aragoiânia	100,00	44,90	53,16	1,04	0,90	58,39	58,52	61,01	12,58	6,11		6,47		
Goianópolis	100,00	38,19	60,96	0,25	0,59	44,54	44,54	62,77	17,77	9,96		7,81	0,00	
Goianira	100,00	42,34	51,27	0,59	5,80	65,96	66,75	71,64	20,38	11,00	1,45	7,31	0,02	0,59
Hidrolândia	100,00	40,38	52,03	0,10	7,49	54,71	55,86	77,21	21,14	15,24		4,88	0,31	0,72
Nerópolis	100,00	53,46	38,19	-	8,35	66,62	66,62	78,61	21,34	14,78		5,90		0,66
Santo Antônio de Goiás	100,00	51,70	38,89	-	9,40	66,62	68,01	66,95	13,52	7,37		6,13		0,02
Senador Canedo	100,00	44,17	40,46	0,28	15,09	58,57	58,57	80,96	27,00	23,39			3,45	0,16
Trindade														

FONTE: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (Garson & Ribeiro, 2005)

NOTAS:

Rigidez do Orçamento Total e do Orçamento Fiscal – o indicador capta a parcela da despesa resultante de obrigações legais – determinações constitucionais relativas à educação e saúde e as financiadas com recursos vinculados – e relacionadas a despesas de difícil compressão- serviço da dívida, legislativo e despesas de pessoal das demais áreas.

Tabela IX.3A

TABELA 3A: INDICADORES FINANCEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2002

Em %

MUNICÍPIOS	Endividamento e Capacidade de Investimento							
	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Invest de Equilíbrio		Endiv e Comprometimento de Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta / Rec Corr Líquida	Dívida Líquida / Rec Corr Líquida	Serviço da Dívida / Rec Corr Líquida
Goiânia	9,08	83,61	7,59	53,98	53,35	55,96	50,82	2,17
Abadia de Goiás	9,55	202,36	19,32	169,83	167,61	196,35	40,89	-
Aparecida de Goiânia	30,53	95,63	29,20	31,06	30,03	26,74	16,35	0,61
Aragoiânia	-	-	-	-	-	20,65	15,85	-
Goianópolis	5,39	196,03	10,57	174,77	123,64	38,83	34,13	0,73
Goianira	21,21	78,16	16,58	33,27	32,66	8,36	5,78	0,53
Hidrolândia	29,06	25,00	7,26	-	-	9,71	2,44	0,00
Nerópolis	9,97	63,05	6,29	63,05	63,05	5,85	0,21	0,00
Santo Antônio de Goiás								
Senador Canedo	21,96	76,95	16,90	57,17	57,17	7,21	0,55	0,15
Trindade	16,16	89,59	14,48	89,59	89,58	19,38	10,99	2,01

FONTE: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (Garson & Ribeiro, 2005)

NOTAS:

Investimento Efetivo e de Equilíbrio de Curto Prazo – relação entre o montante de Investimentos e Inversões líquidos e a Receita Total.

Sustentabilidade do Investimento a parcela dos Investimentos e Inversões líquidos financiados por geração interna.

Tabela IX.3B

TABELA 3B: INDICADORES FINANCEIROS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - 2003

Em %

MUNICÍPIOS	Endividamento e Capacidade de Investimento							
	Investimento Efetivo	Equilíbrio de Curto Prazo		Sustentabilidade Invest de Equilíbrio		Endiv e Comprometimento de Receita		
		Sobre Total Investido	Sobre Total da Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta / Rec Corr Líquida	Dívida Líquida / Rec Corr Líquida	Serviço da Dívida / Rec Corr Líquida
Goiânia	6,20	-	-	-	-	19,04	13,25	2,19
Abadia de Goiás	3,19	147,95	4,72	147,95	131,98	214,66	45,01	-
Aparecida de Goiânia	35,45	42,62	15,11	27,58	27,26	11,44	0,18	0,53
Aragoiânia	0,90	111,91	1,01	111,91	98,57	19,77	19,23	1,04
Goianópolis	0,52	2.464,10	12,85	2.464,10	2.464,10	27,19	24,70	0,22
Goianira	6,67	-	-	-	-	22,01	15,25	0,68
Hidrolândia	7,50	97,87	7,34	78,46	5.089,00	6,71	(2,53)	0,10
Nerópolis	8,08	139,17	11,25	139,17	139,17	0,80	(7,27)	-
Santo Antônio de Goiás	9,69	68,61	6,65	68,61	47,60	5,96	3,39	-
Senador Canedo	14,81	112,41	16,65	106,30	106,30	3,39	(4,02)	0,28
Trindade								

FONTE: Extraído do Relatório de atividade 3C: Análise de desempenho fiscal dos municípios das áreas metropolitanas (Garson & Ribeiro, 2005)

NOTAS:

Investimento Efetivo e de Equilíbrio de Curto Prazo – relação entre o montante de Investimentos e Inversões líquidos e a Receita Total.

Sustentabilidade do Investimento a parcela dos Investimentos e Inversões líquidos financiados por geração interna.